

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

**A TRIBUTAÇÃO DO COMÉRCIO MUNDIAL COMO FATOR
DE MUDANÇA DA ORDEM INTERNACIONAL VIGENTE**

SORAYA NUNES LINS

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
COMO REQUISITO À OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM
CIÊNCIAS HUMANAS - ESPECIALIDADE: DIREITO

Orientador: Professor Alcides Abreu

- Florianópolis, dezembro, 1985 -

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

A dissertação

A TRIBUTAÇÃO DO COMÉRCIO MUNDIAL COMO
FATOR DE MUDANÇA DA ORDEM INTERNACIONAL
VIGENTE

elaborada por

SORAYA NUNES LINS

e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi julgada adequada para a obtenção do título de MESTRE EM DIREITO.

Florianópolis, 27 de fevereiro de 1986.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Alcides Abreu

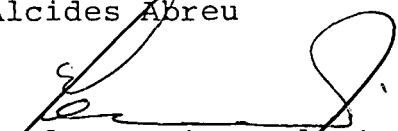
Prof. Dr. Osní Régis

Prof. Msc. Nilson Borges Filho

Professor Orientador:


Alcides Abreu

Coordenador do Curso:


Paulo Henrique Blasi

Para meus Pais.

Agradecimentos

À Coordenação, aos Professores e aos Funcionários do Curso de Pós-Graduação em Direito, pelo que recebẽ em orientação, conhecimentos e atenções.

Ao emérito Professor Alcides Abreu, meu Orientador e autor do Projeto que inspirou este trabalho, porque, tendo idéias, transmite-as, e incita quem as recolhe ao exercício fecundo de pensar.

S I N O P S E

O Programa de Pesquisas do Curso de Pós-Graduação em Direito (CPGD) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) organizado para o período 1984-1987, incluiu, na área "Relações Internacionais, o Projeto "O ESTADO DE SANTA CATARINA COMO PLATAFORMA DE EXPORTAÇÃO", que tem por objetivo a produção de exercício acadêmico sobre a viabilidade da implementação do Projeto e dos Sub-Projetos dele deduzidos.

A ordem numérica do Projeto na listagem das Linhas de Pesquisa do Programa 1984-1987 do Curso de Pós-Graduação em Direito (CPGD) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), permitiu simplificar a citação do documento, neste trabalho, sob a denominação *Projeto CPGD-UFSC/13*.

A percepção da importância, da amplitude e do alcance do Projeto, cujos propósitos colocam-no no âmbito das relações internacionais, suscitou o interesse de exercitar a investigação sobre as possibilidades de êxito da sua execução em face da realidade do Sistema Internacional de Comércio e, se necessário, de propor ações no sentido de assegurar-lhe eficácia.

O Projeto, inscrito como uma das Linhas de Pesquisa do referido Programa e destinado ao estudo da sua viabilidade, inspirou a diretriz para o desenvolvimento da dissertação. Estabelecida essa diretriz e apreciado o Projeto nos seus aspectos conceptuais e quanto aos seus pressupostos, exibiu-se ao trabalho como área focal de análise a conjuntura mundial na sua visão político-econômica, pois é sobre essa realidade que o documento inspirador da dissertação lança suas intenções, quer em quanto estudo de viabilidade, seja como proposta operacional.

A análise da situação planetária é conduzida, então, à caracterização da Ordem Mundial Vigente (OIV) e à identificação do papel dos Atores das Relações Internacionais em um Mun

do em transformação pela dinâmica do processo de Desenvolvimento, para extrair desse exercício exploratório o quadro referencial da atualidade e das tendências mundiais no que concerne à posição e aos interesses dos Países Desenvolvidos e dos Países em Desenvolvimento (PED).

Obtidos do desenho do panorama universal atual e de suas tendências indicadores do agravamento do hiato entre os Países Desenvolvidos e os Países em Desenvolvimento (PED), este problema suscita a busca de um caminho e a definição dos meios básicos para a construção do futuro sob a égide de uma Nova Ordem Internacional que faça do Mundo um cenário de convivência pacífica e construtiva entre as Nações. Sobre esse plano de cogitação abre-se espaço para destacar a possibilidade brasileira e catarinense de fazer do Mundo a sua oportunidade, tendo em conta os objetivos preconizados pelo Projeto "*O Estado de Santa Catarina como Plataforma de Exportação*" e consideradas a análise e a avaliação da conjuntura mundial e sua prospectiva. E é em função destas que é deduzida a necessidade imperiosa e impositiva de reformulação da OIV e da identificação dos meios necessários para a sua consecução, o que remete o curso do estudo à apreciação das hipóteses correntes de mudança da Ordem Internacional.

O resultado que se apresenta é a formulação de proposta específica de mudança gradual da OIV pela via da criação de um mecanismo de redistribuição da renda mundial capaz de gerar efeitos de redução das disparidades existentes entre os Países Desenvolvidos e os Países em Desenvolvimento (PED), e de assegurar a eficácia do Projeto CPGD-UFSC/13 no âmbito do comércio internacional.

Da proposta assim formulada deriva o título indicativo da dissertação, tal como exibido: *A Tributação do Comércio Mundial como Fator de Mudança da Ordem Internacional Vigente.*

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO	VII
CAPÍTULO I	O PROJETO "O Estado de Santa Catarina como Plataforma de Exportação"	01
	1.1 - Os Vetores do Projeto	03
	1.2 - Pressupostos do Projeto	05
CAPÍTULO II	A Ordem Internacional Vigente (OIV).....	07
	2.1 - O Quadro Planetário	08
	2.2 - A Posição dos Países em Desenvolvi- mento(PED)	10
	2.3 - A Posição do Brasil	11
	2.4 - O Projeto CPGD-UFSC/13 em face da Ordem Internacional Vigente(OIV).....	19
CAPÍTULO III	Os Atores das Relações Internacionais em um Mundo em Transformação	24
	3.1 - O Papel das Superpotências	26
	3.2 - O Papel dos (demais) Estados	29
	3.3 - Os Atores não Governamentais	30
	3.4 - As Organizações Regionais	34
	3.5 - A ONU e as Disparidades Mundiais	35
CAPÍTULO IV	Para Construir o Futuro	39
	4.1 - As Demandas Mundiais	41
	4.2 - Em Busca do Caminho	43
	4.3 - O Recurso Básico	46
CAPÍTULO V	A Oportunidade Brasileira	49
CAPÍTULO VI	A Oportunidade Catarinense	61
CAPÍTULO VII	A Mudança Possível	71
CAPÍTULO VIII	O Exercício Proposto - A Proposta para asse- gurar a eficácia do Projeto CPGD-UFSC/13 .	82
CAPÍTULO IX	Conclusão	92
BIBLIOGRAFIA	96

I N T R O D U Ç Ã O

INTRODUÇÃO

Será útil para o desenvolvimento deste trabalho instruir-lhe o preâmbulo com a síntese do seu documento-proposta (1):

"O Tema Proposto (2)

A proposta de dissertação terá como tema básico questionar a viabilidade do Projeto 'O Estado de Santa Catarina como Plataforma de Exportação', o qual foi concebido para servir como exercício oferecido à consecução dos objetivos programáticos do Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (1) e como proposta para a construção do futuro catarinense numa dimensão planetária, pela via da expansão das exportações (2).

2. Razões da Seleção do Tema

O Projeto destaca o fato 'da diversidade e da qualidade, do grau de abertura e da capacidade adaptativa que fazem da economia catarinense o segmento mais hábil da economia nacional para produzir superávits no balanço de pagamentos' (3), e ser melhorado em curto prazo' (4).

O propósito do Projeto é, assim, enquanto exercício acadêmico,

'deduzir a argumentação demonstrativa de viabilidade de transformar Santa Catarina numa plataforma de Exportação' (6).

-
- (1) Projeto de Dissertação de Mestrado - A Viabilidade do Projeto CPGD-UFSC/13 - Orientador: Professor Alcides Abreu - Mestranda: Soraya N. Lins - UFSC/CPGD, maio 1985 - (mimeo).
- (2) As notas de rodapé correspondentes às do texto transcrito são mantidas sob a numeração original e tipograficamente destacadas, para distingui-las da enumeração das notas que são próprias da dissertação.
- (1) Revista Sequência, nº 9 - UFSC-CPGD - Imprensa Universitária, Florianópolis, SC, 1984 - p. 236/242.
- (2) ABREU, Alcides - Exposição sobre o Projeto "O Estado de Santa Catarina como Plataforma de Exportação", mimeo. - UFSC-CPGD, 1982, p. 2.
- (3) id., ibidem, p. 2.
- (4) id., ibidem, p. 5.
- (5) id., ibidem, p. 4.

A dimensão espacial do Projeto CPGD-UFSC/13 inscreve-o no âmbito de um sistema econômico internacional regulado por normas e procedimentos derivados dos parceiros que detêm a capacidade de impor a prevalência dos seus interesses.

O Projeto pede o estudo da sua viabilidade para sua estruturação, o que lhe dará condições de ser implementado. Isto equivalerá à sua organização no nível que se pode denominar interno, correspondendo à satisfação da primeira exigência básica para a sua implantação: aspecto operacional.

Mas sua dimensão em termos de efeitos externos pede, também, que se lhe examine a viabilidade no âmbito das relações internacionais, pois que é sua intenção manifesta colocar a Universidade como instituição proposicional de (a) caminhos para a sociedade catarinense e (b) saídas para a crise brasileira nas relações econômicas externas (7).

O problema da viabilidade do Projeto em face do funcionamento do sistema econômico internacional, ou seja, o questionamento da sua eficácia, é exatamente o que inspira a seleção do tema para a dissertação que se propõe, fundada, sinteticamente, na seguinte questão:

Que providência se impõe, no campo externo, para que o Projeto 'O Estado de Santa Catarina como Plataforma de Exportação' tenha êxito?

3. Escopo e Alcance

Tem-se presente que os efeitos desejados pelo Projeto, sintetizados na expansão das exportações como via indutora da construção do futuro catarinense, exigirão considerável esforço não só na produção como, por definição, no campo da comercialização. Isto significa que se impõe não só o aperfeiçoamento dos mecanismos existentes, mas sobretudo a criação de novos instrumentos, agressivos e eficazes, inclusive e notadamente no plano das relações internacionais.

(7) *id.*, *ibidem*, p. 4

Sob esta orientação podem ser estabelecidos os objetivos da dissertação.

3.1 - Objetivo Geral

(...) o tema proposto terá como objetivo geral desenvolver um exercício tentativo com vistas a deduzir a argumentação demonstrativa da viabilidade final do Projeto CPGD-UFSC/13, tendo em conta as diretrizes e objetivos programáticos do CPGD e a linha de pesquisa enunciada para a área de Relações Internacionais (Linha de Pesquisa 02.02/4, 1984/1987). (9)

3.2 - Objetivo Específico

À luz do escopo do Projeto CPGD-UFSC/13 e do objetivo geral supra, a dissertação objetivarã, especificamente, formular proposta para a viabilização do objetivo global final, do Projeto matriz. Ou seja: o propósito da dissertação será o de subsidiar o Projeto quanto à sua eficácia (aspecto finalístico), tendo presente que o ponto focal de interesse do Projeto base é o fortalecimento da economia catarinense, portanto, brasileira, considerado que o espaço de desempenho do Projeto em referência é o campo das relações internacionais.

4. Metodologia

Arelada a dissertação à concepção de um Projeto fundado (a) na realidade da contribuição catarinense ao esforço nacional de exportação; (b) na evidência das possibilidades conjunturais e do potencial estadual a explorar, nesse campo; (c) na percepção dos aspectos positivos e negativos do Estado de Santa Catarina, no mesmo campo; (d) na avaliação prospectiva das exportações brasileiras e do comércio internacional - resulta que o tratamento adequado ao desenvolvimento do tema não poderã afastar-se do preconizado pelo método de planejamento, segundo o qual, estabelecida a hipótese de trabalho orientadora do tema, promovem-se a análise e a avaliação dos fatores que influem na solução do problema considerado, para definirem-se as medidas capazes de viabilizar o objetivo pré-determinado.

(9) Revista Sequência, nº 9 - UFSC-CPGD - Imprensa Universitária, Florianópolis, SC., 1984 - p. 137

A metodologia indicada presidirá, assim, considerada a hipótese de trabalho a seguir, a identificação dos pressupostos do Projeto CPGD-UFSC/13, a análise do cenário de atuação do Projeto, a avaliação dos meios necessários à sua operação no espaço onde deverá atuar e a propositura da estratégia pertinente à sua eficácia, aspectos que configuram o escopo e alcance da dissertação, em consonância com seus objetivos geral e específico.

5. Hipótese de Trabalho

A hipótese de trabalho a adotar emerge do objetivo específico a que se propõe a dissertação, a partir da questão já anotada e que se reproduz em nova versão:

Bastará que o Projeto CPGD-UFSC/13 seja organizado e competentemente executado para que alcance êxito, mantidas as regras que comandam as relações econômicas internacionais?"

Trata-se, pois, neste trabalho, de perquirir a questão levantada, apreciando-se "o problema que vier a ser suscitado", como conclui o documento-proposicional, na tentativa de "extrair dessa investigação crítica" proposta que assegure o êxito dos propósitos do Projeto, tendo em vista as regras que regem o comércio mundial e as tendências da Ordem Internacional Vigente (OIV).

Consoante salientado no referido Projeto da dissertação, "tratando-se de um exercício de investigação, a feição final do trabalho não é prefixável. Ela fluirá do próprio exercício, exibindo-se, num dado momento, como resposta, única ou alternativa, independente de soluções apriorísticas".

Coerente com o seu objetivo específico e com a ressalva metodológica acima anotada, isto é, como registra a conclusão do documento-proposta, "na medida do seu produto final", o exercício tentará "subsidiar a implementação do Projeto 'O Estado de Santa Catarina como Plataforma de Exportação', uma vez que está destinado a recobrir um dos dois aspectos básicos que condicionam a viabilidade daquela proposta: o problema da sua eficácia no âmbito das relações internacionais".

CAPÍTULO I

O PROJETO "O ESTADO DE SANTA CATARINA
COMO PLATAFORMA DE EXPORTAÇÃO"

1. O PROJETO "O ESTADO DE SANTA CATARINA COMO PLATAFORMA DE EXPORTAÇÃO"

A exposição (3) sobre o Projeto descreve-o, vale repetir, como "uma proposta para a construção do futuro catarinense numa dimensão planetária", que tem dois momentos: "no primeiro momento é um exercício acadêmico de que se encarregue o Curso de Pós-Graduação em Direito da UFSC. Depois, é uma ação". Alertando que "a ação desempenhará a sociedade catarinense", a exposição sublinha que "o Projeto parte de um conceito de Plataforma de Exportação", a qual "se concebe como um processo através do qual a sociedade articule os fatores disponíveis ou alcançáveis com as tecnologias apropriadas, com o propósito de fundamentar e rastrear o desenvolvimento global em que os excedentes gerados, de bens e de serviços, se destinam aos mercados que se situam: (a) além dos limites de Santa Catarina, no Brasil; (b) além das fronteiras do Brasil, no Mundo".

Destaca, ainda, a exposição sobre o Projeto que

"a Plataforma de Exportação é um modelo de desenvolvimento centrado nas idéias de que:

- (1º) o Homem é um ser planetário;
- (2º) o Mundo é o locus do exercício da condição humana;
- (3º) o Mundo é o mercado e a oportunidade".

Salienta, mais, a descrição do Projeto que,

"do ponto de vista da conveniência atual, o Projeto pretende se justificar por alguns fatos, com o destaque para três:

(3) ABREU, Alcides - Exposição sobre o Projeto "O Estado de Santa Catarina como Plataforma de Exportação" - UFSC-CPGD, Florianópolis, SC., 1982 - p. 1 e 2 (mimeo)

- (19) o fato das três dívidas brasileiras: a externa (de US\$ 102,4 bilhões); a interna - da República, dos Estados e dos Municípios (US\$ 19,9 bilhões); e a dívida social (desigualdades regionais, setoriais e pessoais), que Santa Catarina pode e deve ajudar a quitar; (4)
- (29) o fato de que as economias abertas para o Mundo são as que têm realizado, em maior intensidade, o bem-estar dos seus nacionais;
- (39) o fato da diversidade e da qualidade, do grau de abertura e da capacidade adaptativa que fazem da economia catarinense o segmento mais hábil da economia nacional para produzir superávits no Balanço de Pagamentos."

Do conjunto dessas idéias defluem as linhas condutoras do Projeto, a seguir consideradas.

1.1 - Os Vetores do Projeto

A intensificação do comércio exterior catarinense é o rumo preconizado pelo Projeto CPGD-UFSC/13, e seus benefícios serão os efeitos dessa expansão na economia interna do Estado e, por extensão, na do País.

Esse objetivo e os resultados que ele incorpora têm por sustentação a operação do Projeto, cujos condutos compreendem:

- (a) O modelo exportador que o Projeto concebe: a Plataforma de Exportação.

(4) Valores de dezembro de 1984. Fonte: quanto à dívida externa, Banco Central do Brasil, Relatório 1984, in Jornal do Brasil, Rio, ed. de 26.05.1985, p. 16; quanto à dívida interna, Balanço 1985 - ed. Gazeta Mercantil, S.P., julho/1985, p. 39

(b) A implementação do modelo, mediante a execução de um conjunto de atividades deduzidas em Sub-Projetos (5), abrangendo:

- . a produção de informações básicas sobre problemas e soluções construídas para iniciar, facilitar, fortalecer e incrementar o intercâmbio entre as economias nacionais, com ênfase na apreensão da problemática planetária do comércio internacional (estudo-estágio no GATT - General Agreement on Tariffs and Trade, em Genebra) e de transferência de tecnologias (estudo-estágio na OMPI - Organisation Mondiale de Propriété Intellectuelle, em Genebra);
- . produção de informações básicas sobre Plataformas de Exportação que deram certo: Singapura, Formosa, Hong Kong, Coréia do Sul e Japão;
- . conhecimento do modelo exportador catarinense atualmente praticado: motivações, causas dos sucessos e dos fracassos;
- . definição de um modelo gerador de excedentes exportáveis, de bens e de serviços. Definições políticas e jurídicas. Esquemas financeiros, tecnológicos, de organização e de assistência técnica;
- . definição de um modelo de formação de recursos humanos para a internacionalização da economia catarinense.

(c) A articulação dos instrumentos institucionais da área governamental e da iniciativa privada, como o meio para acionar o modelo exportador.

(d) As razões de ordem estadual e nacional que justificam o lançamento da Plataforma de Exportação, sintetizadas nos três fatos já mencionados.

(5) ABREU, Alcides - op. cit., p. 2 e 3

O Projeto assim concebido é informado pelos fatores a seguir listados.

1.2 - Pressupostos do Projeto

A concepção do Projeto deriva do fato de que Santa Catarina dispõe de um potencial econômico que, adequadamente estimulado, é suscetível de alcançar avanços significativos de aumento e diversidade de produção para suprir demandas do mercado nacional e externo, e de refletir na promoção do desenvolvimento global do Estado.

A noção conceptual do Projeto repousa, assim, nos seguintes pressupostos:

- . a capacidade catarinense de manter em razoável crescimento o volume das suas exportações, as quais, em relação ao total nacional, subiram de 2,05% em 1974 para 4,30% em 1984(6);
- . a circunstância de que esse desempenho se deu a despeito da ausência de uma política estadual de exportação;
- . o fato de que o valor das exportações estaduais para o mercado externo representou, em 1984, 7 (sete) vezes o valor exportado em 1974, enquanto o crescimento do PIB estadual foi de 18 (dezoito) vezes o valor do PIB de 1974 (7); isto significa que o Estado poderia, teoricamente, ter aumentado no período sua margem de exportações, e serve para acen-tuar a necessidade de uma política eficaz no setor;
- . o fato de que o atendimento da demanda estadual de empregos novos, estimada em 78.000/ano (8), somente se dará pela via da expansão da produção de bens e serviços, de sua vez de-pendente do investimento de capitais, que depende das oportu-nidades de mercado, que estão disponíveis, em princípio, aos produtos dotados das tecnologias apropriadas;

(6) Fonte: Secretaria da Indústria e do Comércio, SC - Dados sobre as Exportações Catarinenses 1985 - (mimeo)

(7) Fonte: id., ibidem

(8) Fonte: id., ibidem

- . o fato de que apenas a tecnologia do produto não conquista os mercados, se desacompanhada da tecnologia de marketing.

O Projeto e seus Sub-Projetos cuidam do arranjo das condições propiciadoras da deflagração de uma política catarinense de exportação, modelada consoante a proposta Plataforma de Exportação. Mas ela não atuará sobre um espaço neutro, eis que o comércio mundial é "o palco, por excelência, das relações econômicas internacionais, povoado por múltiplos atores cujos papéis nem sempre se conciliam com seus gestos e posturas, desempenhados sob o comando de um sistema selvagem na sua racionalidade, por vezes conturbado no seu processo, sempre dinâmico na sua energia" (9).

Nesse palco reina outra sorte de tecnologia, a da política internacional de comércio, à qual os países de menor estatura estratégica ou se sujeitam ou nela não têm ingresso.

Em que medida, então, estão disponíveis ou são favoráveis no cenário das trocas comerciais mundiais as condições propiciadoras de êxito aos propósitos do Projeto CPGD-UFSC/13?

Este é um aspecto do Projeto que, "enquanto exercício acadêmico", sua exposição submete ao Estudo de Viabilidade que o documento recomenda. E é exatamente desta questão, como observado atrás, que cuida esta dissertação, a partir da consideração, além do já exposto, das três idéias matrizes do Projeto Plataforma de Exportação, que se adotam como premissas, a saber:

- (1a) O Homem é um Ser planetário,
- (2a) o Mundo é o locus do exercício da condição humana,
- (3a) o Mundo é o Mercado e a Oportunidade.

(9) Projeto de Dissertação, cit., p. 5

CAPÍTULO II

A ORDEM INTERNACIONAL VIGENTE (OIV)

2. A ORDEM INTERNACIONAL VIGENTE (OIV)

No Mundo em que o ser humano exercita sua condição para criar as oportunidades e dispor do mercado, como se exhibe a Ordem Internacional?

Para uma visão global, o universo dos elementos implícitos na questão conduziria qualquer esforço de resposta ou a uma longa descrição dos fatos que informam o cenário internacional ou a uma simplificação provavelmente deficiente.

Para os fins deste trabalho, porém, importa situar a Ordem Internacional Vigente (OIV) no que concerne ao sistema de comércio internacional. Isto implica a apreciação de um conjunto de fatores que operam como *inputs* desse sistema, ele mesmo um sub-sistema do Sistema Mundial onde tem exercício a condição humana. E, dado que o comércio internacional está imbricado ao sistema econômico mundial, por sua vez termo indissociável da equação política planetária, os fatores considerados recobrem a situação da OIV também quanto a esses aspectos e vão expressos sob a forma de indicadores, destinados, portanto, a informar como se apresenta a OIV no plano das cogitações deste exercício.

2.1 - O Quadro Planetário

A conjuntura planetária é obra do Homem. Ele é o idealizador, é o instrumento e é o propósito do Desenvolvimento. Por ele e em função dele é operado o Sistema Mundial que recebe e transforma em bem-estar ou em desastres os impulsos das vontades individuais e coletivas, conforme se movimentem os interesses de Poder com capacidade de influir no desempenho das relações internacionais.

O Homem é, pois, o primeiro e o mais relevante dado a considerar no quadro planetário. Depois, a Economia e, com ela, a Política.

- . O Homem ocupa, hoje, o seu planeta em um número na ordem de 4,700 bilhões de indivíduos (10), que serão ao redor de 7 bilhões nas primeiras décadas do novo século (11).
- . Em 1984 (12), menos de 25% da população mundial habitavam os Países Desenvolvidos e ao Leste, que respondiam por 79% da renda mundial de 1981 (13).
- . Nove dos dez países titulares de maior Produto Nacional Bruto (PNB) em 1981, somaram 66% do produto mundial (US\$ 12 trilhões), gerado por 198 países (14).
- . Do montante mundial das exportações de 1983, de US\$ 1.807,0 bilhões, US\$ 1.123,0 bilhões (ou 62,2%) foram originados dos Países Desenvolvidos (15).
- . Do total mundial das importações de 1983, de US\$ 1.875,0 bilhões, nada menos que US\$ 1.148,2 bilhões couberam aos Países Desenvolvidos (16).
- . Dentre estes, o destaque são os Estados Unidos, detentor do maior mercado e da liderança como exportador e importador: 11,10% das exportações e 23% das importações mundiais de 1983 (17).

Nos Países Desenvolvidos, vistos sob a ótica das condições econômicas, as pessoas *têm e são*. (18).

-
- (10) Fonte: Banco Mundial - Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1984 - ed. FGV, Rio, 1984 - p. 2
 - (11) TINBERGEM, Jan (coord.) - Para Uma Nova Ordem Internacional - Agir, 1978, p. 48
 - (12) Fonte: Banco Mundial - op. cit., p. 70
 - (13) Faits et Chiffres - Aide Mémoire de la Vie Économique - Paris, 1984, p. 209
 - (14) id., ibidem, p. 206
 - (15) Le Commerce International en 1983/84 - Accord Général des Tarifs Douaniers et de Commerce - Genève, 1984 - appendice, tableau A3
 - (16) id., ibidem
 - (17) Cf. Os Fatos no Comércio dos EUA - in Economia IMPACT - USIA, Washington, DC - 1984/4 - ed. em português, p. 11
 - (18) Cf. ABREU, Alcides - O Caminho do Homem - Imprensa Universitária, Florianópolis, p. 32 a 36

2.2 - A Posição dos Países em Desenvolvimento (PED)

Os Países em Desenvolvimento (PED) representavam cerca de:

- . 75% da população mundial de 1984, ou 3,525 bilhões (19).
- . 21% da renda mundial de 1981 (20), ou US\$ 2.118,0 bilhões (em 1977, segundo Relatório do Banco Mundial de 1980, a relação era de 23%).

Os problemas dos "*deserdados do mundo*", na expressão de PECCEI (21) quantificam-se, em regra, sempre acima de meio bilhão de pessoas:

- . em 1982, estimavam-se de um a um bilhão e meio de pessoas, ou 22% a 32,8% da população mundial (4,570 bilhões) em situação de fome e subnutrição, cerca de 40% das quais crianças, e mais 1.150 milhões em habitações inadequadas (22);
- . renda per capita, em 1982, inferior a US\$ 400,00: 2.266,5 milhões (23);
- . as estimativas do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) indicam que atualmente, no Terceiro Mundo, metade de todas as crianças são subnutridas (24).

Os Países da África subsaariana (excetuada a África do Sul) , que têm a taxa mais elevada de crescimento populacional do Mundo, deverão ter seu Produto Interno Bruto (PIB) per capita em contínuo declínio nos próximos 10 anos (25).

(19) Fonte: Banco Mundial - op. cit., p. 70

(20) Faits et Chiffres - Aide Mémoire de la Vie Économique - Paris , 1984, p. 209

(21) PECCEI, Aurelio - Cem Páginas para o Futuro - EUB, Brasília, 1981, p. 48

(22) Fonte: Boletim da BENFAM, nº 128 - BENFAM, Rio, 1984 - p. 8 e 9

(23) Fonte: Banco Mundial - op. cit., p. 176 e 178

(24) Fonte: Jornal do Brasil, Rio, ed. de 12.12.1985, p. 9

(25) Fonte: Banco Mundial - op. cit., p. 113

Cerca de 40% da população mundial atual (algo em torno de 1.880 milhões) habitam as cidades. No Terceiro Mundo o número de habitantes Urbanos oscila ao redor de 1.410 milhões e, ao final do século, a expectativa é de que as cidades recolherão 50% do contingente humano total e que "de cada três habitantes Urbanos, dois estarão no Terceiro Mundo" (26).

No final do século (dentro de apenas 15 anos), estimativas idôneas indicam que pelo menos 25 cidades contarão com mais de 10 milhões de habitantes, 21 das quais no Terceiro Mundo. Destas, 7 conterão entre 15 e 20 milhões de habitantes e 3 acumularão mais de 20 milhões (27).

Os Países em Desenvolvimento (PED) não exportadores de petróleo participaram, em 1983, com não mais que 14,7% (ou US\$ 265,0 bilhões) das exportações mundiais (28).

Dentre os 10 países titulares de maior PNB em 1981, apenas um era do Terceiro Mundo (29).

No Terceiro Mundo, visto no conjunto econômico-social, as pessoas pouco têm e pouco são (30).

2.3 - A Posição do Brasil

No contexto mundial o Brasil é:

- . 2,67% da população do planeta.
- . O nono PNB na hierarquia internacional de 1981 com US\$ 274,210 bilhões, equivalentes a 2,3% do Produto Mundial e a menos de 10% do PNB dos Estados Unidos, no mesmo ano (31).

(26) TINBERGEM, Jan - op. cit., p. 48

(27) PECCEI, Aurélio - op. cit., p. 34 - Cf. também Banco Mundial , op. cit., p. 73

(28) Le Commerce International en 1983/84 - Accord Général des Tarifs Douaniers et de Commerce - Genève, 1984, appendice, tableau A3

(29) Faits et Chiffres, Aide Mémoire de La Vie Économique-Paris, 1984, p. 206

(30) Cf. ABREU, Alcides - op. cit., p. 32 a 36

(31) Faits et Chiffres, A.M.V.E. - Paris, 1984, p. 206

- . Responsável por apenas 1,24% do montante do comércio mundial (importações mais exportações) de 1982 (32).
- . O titular da maior dívida externa no *ranking* mundial de 1984: US\$ 102,4 bilhões (33).

O esboço do perfil externo do Brasil impõe seja aduzido o que o País registra no plano interno:

- . um crescimento demográfico de 2,48% ao ano (1980/1970), com previsão à taxa média de 2,0% entre 1980-2000 (34).
- . Uma expansão urbana que em 1982 já superava (com 69%) o contingente rural (35).
- . Cerca de 50 milhões de brasileiros sofrendo "*as dificuldades agudas da fome, desnutrição, falta de habitação condigna e de mínimas condições de saúde*" (36).
- . Comprometimento de cerca de 37,0% (US\$ 6.990 milhões) do valor das exportações de 1984 (US\$ 27.005 milhões) com o serviço da dívida externa, com previsão de 42,0% (US\$10.750 milhões) do valor das exportações de 1985, estimado em US\$ 25.600 milhões (37).
- . Uma dívida pública doméstica (União, Estados e Municípios) estimada em Cr\$ 157,4 trilhões em dezembro de 1984 (US\$19,9 bilhões equivalentes), correspondente a 12,9% do PIB nacional do mesmo ano, da ordem de Cr\$ 1.220 trilhões (38).
- . Uma escala de rendas e salários representada por extremos alarmantemente distanciados e demasiadamente concentrados no patamar inferior: em 1984, da População Economicamente

(32) Fonte: Bulletin Mensuel de Statistique, vol. XXXIX, nº 1 - Nations Unies, New York, Janvier/1985 - p. F105 e F107

(33) Fonte: Banco Central do Brasil-Relatório Anual 1984, cf. Nota (4)

(34) Fonte: Banco Mundial - op. cit., p. 273

(35) id., ibidem, p. 219

(36) Cf. entrevista do Ministro do Planejamento, João Sayad - *in* Revista Veja, S.P., ed. de 22.05.1985, p. 89

(37) Fonte: Chase Manhattan Bank, *in* Revista Veja, Rio, Ed. de 16.10.85, p. 109

(38) Fonte: Balanço 1985 - ed. Gazeta Mercantil, S.P. julho/1985, p. 39. Cf. Nota (4)

Ativa (PEA), de 52.443.112 pessoas, 52,04% percebiam até 2 salários mínimos; o contingente remunerado com até 5 salários mínimos representava 74,01% da PEA (em 1976, a relação nesta mesma faixa era de 45%, segundo dados (40) do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas - IPEA, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República-SEPLAN-PR); e os estipêndios superiores a 20 salários mínimos atingiram, também em 1984, 1,56% da PEA (41).

- Uma expressiva participação estatal na Economia, à qual os analistas (42) atribuem a responsabilidade, em larga medida, pela geração do déficit público e pela realimentação da inflação, além do risco que representa para o desempenho do regime de livre mercado, fator de sustentação do sistema de organização democrática; em 1984, o patrimônio líquido das 500 maiores Empresas classificadas no País estava assim distribuído:

BRASIL - Classificação das 500 maiores Empresas segundo o Patrimônio Líquido - 1984

Classificação	Nº de Empresas	Patrimônio Líquido (Cr\$ milhões)	%
Privadas Nacionais	314	77.083.405	27,0
Privadas Estrangeiras	80	25.699.609	9,0
Estatais:	<u>106</u>	<u>183.243.068</u>	<u>64,0</u>
- Federais	73	151.152.109	52,8
- Estaduais	33	32.090.963	11,2
TOTAL	500	286.026.082	100,0

Fonte: Conjuntura Econômica - FGV, Rio - set/1985, p.218/219

(40) Cf. ABREU, Alcides - op. cit., 2º Caderno, p. 14.13

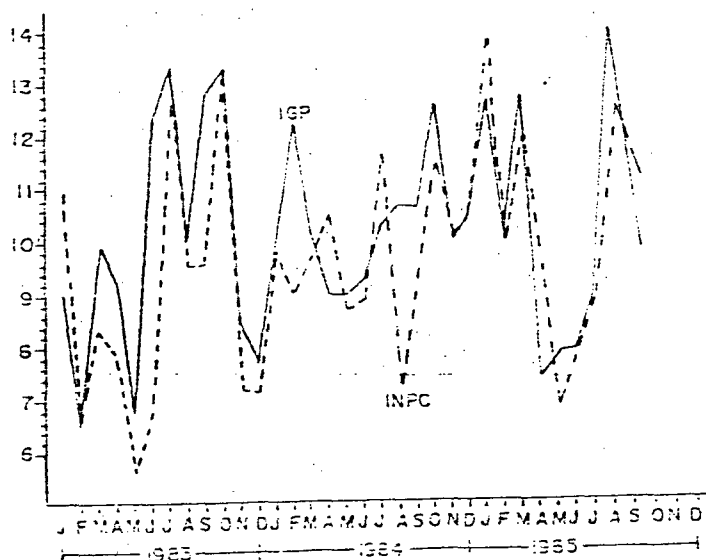
(41) Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 1984 - Brasil e Grandes Regiões - vol. 8, tomo 1 - IBGE, Rio, 1985, p. 16

(42) Cf. Conjuntura Econômica - FGV, Rio, fev/1985, p. 10 a-13 e março/1985, p. 11 e 12

. uma inflação renitentemente pendular (veja-se o gráfico abaixo), cujo eixo de controle persiste no desequilíbrio, e que avilta o poder de compra, afeta a geração de poupança para novos investimentos, dificulta a redistribuição social da renda, alarga as disparidades setoriais e regionais que consubstanciam um terceiro débito - a dívida social, gerando inquietudes e pressões com capacidade potencial de incitar agitações, abalar a ordem interna e pôr em risco a estabilidade político-institucional.

BRASIL

INFLAÇÃO - VARIAÇÕES MENSAIS (1983-1985)



FONTE : SUMA ECONÔMICA - NOV./85
Ed. Tama Ltda., Rio

Mas o quadro nacional interno restaria incompleto e distorcido se omitidos os aspectos positivos da realidade brasileira, revelados, entre outros, por:

- . Um expressivo desenvolvimento do parque industrial, que capacitou o País à substituição de importações e à abertura de novos mercados no exterior: produção e exportação de metais não-ferrosos, celulose, produtos químicos, material bélico, máquinas e equipamentos, aviões, ítem este responsável pela geração de US\$ 180 milhões em 1985, com previsão de US\$ 400 milhões para 1986 (43). As exportações totais, que em 1974 representaram US\$ 7.951 milhões, subiram para US\$ 27.005 milhões em 1984, contra US\$ 14.168 milhões de importações naquele ano e US\$ 13.937 milhões em 1984 (44).

- . Uma fronteira agrícola em expansão: a área total utilizada para lavouras permanentes aumentou de 7.797.488 hectares em 1970 para 10.472.135 hectares em 1980; as lavouras temporárias expandiram-se de uma área de 14.692.631 hectares em 1970 para 38.632.128 hectares em 1980; a mão-de-obra total ocupada no setor primário subiu de 7.582.099 trabalhadores em 1970 para 21.163.734 em 1980; no mesmo período o número de tratores elevou-se de 165.870 unidades para 545.705 (45). O efetivo do rebanho bovino evoluiu de 78.662.250 cabeças em 1970 para 123.487.834 em 1982, enquanto o rebanho suíno aumentava de 31.532.640 para 33.175.597 animais em 1982. A produção avícola, que era de 213.622.503 aves em 1970, aumentou para 479.003.966 em 1982 (46).

(43) Fonte: Revista Veja, S.P. - ed. de 30.10.1985, p. 91

(44) Fonte: Conjuntura Econômica - FGV, Rio, março/1985, p. 125

(45) Fonte: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil 1984 - Rio, 1985, p. 394, 395 e 398

(46) Fonte: id., ibidem, p. 482 e 487

. Disponibilidade de uma infraestrutura econômica, sem a qual a indústria, a agricultura e o comércio não registrariam os avanços alcançados, representada pelos setores de:

- Energia elétrica (47):

- . 39.618 MW de capacidade geradora instalada
- . 143.229 GMw de consumo global (76.785 GMw para fins industriais).

- Transportes (48):

- . 1.552,4 km de rodovias em tráfego, dos quais 101,7 mil pavimentados.
- . 29.237 km de ferrovias.
- . 10 milhões de toneladas de porte bruto de frete marítimo, movimentadas em 21 portos.
- . 24 aeroportos modernamente aparelhados, 4 linhas aéreas de cobertura nacional e 2 internacionais.

- Comunicações (49):

- . 123 estações de teledifusão.
- . 1.448 emissoras de rádiodifusão.
- . 322 jornais de circulação diária.
- . 10.105.861 terminais telefônicos (50).

(47) Dados de 1983 - Fonte: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1984 - IBGE, Rio, 1985 - p. 636 a 639

(48) id., ibidem, p. 806 a 836

(49) Dados de 1982 - Fonte: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1984, IBGE, Rio, 1985 - p. 850 a 858

(50) Dados de 1984 - Fonte: Telebrás - in Jornal do Brasil, Rio, ed. de 18.06.1985, p. 14

- . Aumento da produção própria de petróleo (média de 563 mil barrís/dia em 1985, contra 187 mil barrís/dia em 1980) e exploração de fontes energéticas alternativas, principalmente líquido de gás natural (15 milhões de metros cúbicos/dia em 1985) e álcool hidratado (7.065 bilhões de metros cúbicos produzidos em 1984), fatores de redução da dependência externa.

Em 1985, a importação de petróleo representou cerca de 40% do total do consumo diário nacional; em 1973, quando do primeiro choque petrolero mundial, o País importava 75% do seu consumo diário (51).

- . Modernização do Sistema Financeiro e oferta de crédito para a generalidade das atividades econômicas: em maio de 1985 registraram-se Cr\$ 341 trilhões de empréstimos ultimados pelo Sistema Financeiro nacional ao setor privado, incremento de 237,6% sobre o volume de maio de 1984 (52).

- . Aumento da oferta de serviços públicos essenciais, com ênfase nos programas de Saúde, como se vê:

- Implantação, a partir de 1985, de programas prioritários de saúde e assistência, abrangendo (53):

- . Vacinação contra doenças transmissíveis.

- . Alimentação para gestantes e para a infância, com distribuição de leite para crianças de 0 a 4 anos (consideradas população de alto risco).

- . Controle das grandes endemias e assistência medicamentosa.

- . Dispêndios com Saúde na ordem de 4%, em 1984, sobre o PIB nacional (54).

(51) Fonte: Petrobrás - in Jornal do Brasil, Rio, ed. de 18.08.1985 e 22.12.1985, p. 15 e 16

(52) Fonte: Conjuntura Econômica - FGV, Rio, julho/1985, p. 37

(53) Fonte: Jornal Folha de São Paulo, SP, ed. de 19.11.1985, p. 6

(54) Fonte: Banco Mundial - op. cit., p. 188

- . Aumento das oportunidades de escolarização (55):
 - . Mais de 24,5 milhões de alunos matriculados em 192.759 unidades de ensino (federais, estaduais, municipais e particulares) do primeiro grau.
 - 2.944.097 estudantes do segundo grau, distribuídos em 8.853 estabelecimentos mantidos pelas quatro esferas administrativas.
 - 1.438.992 acadêmicos matriculados no terceiro grau, nos 868 estabelecimentos oficiais e particulares.
 - Taxa de alfabetização de 78% na área urbana e de 48% na área rural (56).
- . Elevação do PIB per capita de Cr\$ 2.960 em 1974 para Cr\$ 3.410 em 1984, a preços de 1970, ou de Cr\$ 6.980 em 1974 para Cr\$ 2.945.742 em 1984 a preços correntes (57).
- . Um crescimento do PIB em 1985 esperado na ordem de 7% a 8%, a despeito das dificuldades conjunturais. Queda na taxa de desemprego (para 4%), criação de 1,5 milhões de empregos, aumento das reservas financeiras internacionais ao redor de US\$ 9 bilhões em novembro de 1985 (58).

No Brasil, o efeito demonstração dos valores materiais criados pela expansão da economia sobre as aspirações individuais em confronto com as diferenças sociais de bem-estar, induz as pessoas a voltarem-se para a sociedade do *ter*, quando nele há tudo para se construir a sociedade do *ser* (59).

(55) Fonte: Ministério da Educação - Retrato Brasil 1970 - 1990 - cit. in Santa Catarina no Contexto Nacional - GAPLAN, SC - Florianópolis, 1985 (mimeo.)

(56) Fonte: Banco Mundial - op. cit., p. 185

(57) Fonte: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1984, p. 1.066

(58) Fonte: Revista Veja. S.P., ed. de 13.12.1985 - declarações do sr. Presidente da República em cadeia de rádio e televisão, p. 99

(59) Cf. ABREU, Alcides - op. cit., p. 32 a 36

2.4 - O Projeto CPGD-UFSC/13 em face da OIV

O Projeto em causa, cuidando de Santa Catarina no particular, tem no Brasil o quadro de referência geral.

O principal problema atual do País é a dívida. A afirmação é oficial, proclamada pelo Presidente da República no discurso de abertura da 40a. Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, na sede da Organização, em New York, em 23.09.1985:

"... há um outro (problema) maior, que permeia as relações internacionais e que insidiosamente ameaça a todos, pobres e ricos. (...) Desejo falar do problema econômico, que concentra sua virulência no Terceiro Mundo, em particular na América Latina. Esmagados sob o peso de enorme dívida externa, vivem os países da região num quadro de grave dificuldade, cujas repercussões internas se traduzem em recessão, desemprego, inflação, aumento da miséria e violência." (60)

O conceito é, também, do pensamento econômico:

"... os desequilíbrios que atualmente afligem os países do Terceiro Mundo (...) que se manifestam em endividamento externo e inflação, conduzem à estagnação econômica." (61)

(60) Jornal "O Estado" - Florianópolis, SC - ed. de 24.09.1985, p. 2

(61) FURTADO, Celso - A Nova Dependência (Dívida Externa e Monetário) - Paz e Terra, Rio, 1982 - p. 76

Mas é na síntese do Relatório do Centre d'Etudes Prospectives et d'Information Internationales - CEPII, que o problema é colocado com a mais dura clareza:

"... les calculs du CEPII montrent, même dans le jeu d'hypothèses le plus favorable, qu'un pays comme le Brésil est voué à voir regresser encore durablement le pouvoir d'achat moyen de sa population s'il ne bénéficie pas d'un allègement de sa dette." (62)

O que faz a dívida externa no interior do organismo de um país em desenvolvimento?

O esclarecimento é dado na palavra do Brasil à 40a. Assembléia Geral da ONU:

"A carga da dívida externa impõe uma política econômica voltada para a obtenção de saldos comerciais destinados ao pagamento dos juros. Os organismos internacionais propõem políticas de ajustamento inadequados. Essa rota conduz à recessão, ao desemprego, e à renúncia da capacidade de crescer. Essa política debilita as lideranças civis, torna explosiva a crise social, ameaça as instituições, compromete a ordem e, conseqüentemente, é uma ameaça às estruturas democráticas."

Os seguintes excertos do pronunciamento brasileiro ao plenário representativo da Ordem Internacional Vigente (OIV) dizem como esta se apresenta no que concerne aos interesses dos Países em Desenvolvimento (PED):

- "Apanhados por uma conjugação viciosa de fatores econômicos - alta dos juros internacionais, queda dos preços dos produtos primários e seletividade dos mercados nos países desenvolvidos - enfrentamos uma crise só comparável à que atingiu as economias de mercado no início dos anos trinta".

(62) Économie Mondiale 1980-1990: La Fracture? - Centre d'Etudes Prospectives et d'Information Internationales - Ed. Economica - Paris, 1984 (préface, p. IX)

- "Os mercados dos países desenvolvidos fecham-se às nossas exportações. Multiplicam-se as barreiras protecionistas e somos injustamente acusados de práticas desleais de comércio."
- "O paradoxo é que todo nosso esforço se faz, justamente, para transferir divisas para os mesmos centros que acusam e nos discriminam. Vivemos assim entre a ameaça do protecionismo e o fantasma da inadimplência."

A dívida se atrela a inflação, o outro grande problema brasileiro. "Nada é mais ruinoso para uma nação do que a inflação", registrou o "Labour's Manifesto 1979" (63).

Saldar a dívida, a interna e a externa e conter e reprimir a inflação, são o desafio que o Brasil precisa vencer para construir seu futuro.

A forma de saldar a dívida e o meio para derrotar a inflação impõem produzir mais, criar excedentes, conquistar mais e novos mercados, forma e meio de geração e de atração de capitais para novos e eficazes investimentos, forma e meio, por igual, de propiciar novos empregos, por sua vez o modo mais hábil de resgatar a dívida social.

O Projeto CPGD-UFSC/13 volta-se para essa equação.

Há, porém, que considerar as condições vigentes do quadro internacional, as quais o Brasil assim denuncia para reclamar-lhe correção:

"Os pilares da ordem vigente encontram-se desgastados e obsoletos. É necessário que se discutam medidas concretas para adequar a ordem econômica internacional às realidades de hoje." (64)

(63) The Alternative Economic Strategy - Conference of Socialists Economists, London Work Group - Blackrose Presse (TU) Ltd. - London, 1980, p. 118

(64) Cf. Nota (60)

O reparo e o alerta não são novos. O Relatório da Comissão In dependente sobre soluções para o desenvolvimento internacional (que se tornou conhecido como "Relatório Willy Brandt") listava, em 1979, os seguintes principais pontos de entendimento para um programa de ação imediata (65):

- "1 - *Transferência em larga escala de recursos para os países em desenvolvimento*
- 2 - *Uma estratégia energética internacional.*
- 3 - *Um programa global de alimentos.*
- 4 - *Início às reformas indispensáveis no sistema econômico internacional."*

Salientava o Relatório que tal programa, "*conduzido em parceria entre Norte e Sul, será um passo a mais em direção a uma nova ordem internacional e ao desenvolvimento de uma verdadeira comunidade internacional*" (66).

Dois desses quatro pontos são implicitamente considerados no Projeto CPGD-UFSC/13:

- . O aumento das exportações pelos Países em Desenvolvimento (PED) que o Projeto preconiza, é a forma mais adequada de promover a transferência de recursos, sem prejuízo de outras modalidades.
- . A capacidade brasileira de produzir alimentos, que o Projeto destaca, coloca necessariamente o Brasil no programa proposto.

Da estratégia energética de uso próprio o Brasil vem cuidando, operando-a com razoável eficiência.

(65) North-South - A Programme for Survival - Pan Books Ltd., London, 1981 - p. 276

(66) op. cit., p. 282

Pendente continua a questão das relações econômicas entre os Países Desenvolvidos e os Países em Desenvolvimento (PED).

O Projeto CPGD-UFSC/13 proclama que:

"a equação externa brasileira se exhibe como um grande problema e como uma oportunidade extremamente significativa para o País. Mudar a dívida (...) em oportunidade de expansão econômica; de geração de empregos; de criação, adoção e desenvolvimento de tecnologias; de rearranjo da sociedade nacional - eis aí o desafio fascinante que o Projeto pretende recobrir" (67).

A esse desafio é acrescido o da realidade externa sobre a qual os esforços do Brasil e, de resto, dos demais Países em Desenvolvimento (PED) não alcançarão os resultados desejados se permanecem intocadas as estruturas econômicas internacionais.

O alcance do Projeto CPGD-UFSC/13 se estende, assim, ao plano das relações internacionais num mundo em transformação, onde deve buscar sua efetividade.

(67) ABREU, Alcides - Exposição ao Projeto "O Estado de Santa Catarina como Plataforma de Exportação" - UFSC-CPGD, Florianópolis, 1982 - p. 4 (mimeo.)

CAPÍTULO III

OS ATORES DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

NUM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO

3. OS ATORES DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NUM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO

Há, entre os atores das relações internacionais, uma clara consciência da necessidade e da urgência da revisão da Ordem Internacional Vigente (OIV)?

Há, entre eles, disposição efetiva para que o tema seja discutido com o propósito de serem encontradas soluções viáveis?

Quais, dentre esses atores, detêm poder suficiente para o encaminhamento adequado das soluções?

As respostas às duas primeiras questões são de um certo modo sabidas, sob enunciado que, à voz corrente, podem ser assim registrados:

- A ordem internacional que aí está é injusta e, se alguma coisa não for feita para mudá-la, o futuro mundial será uma era de incertezas e de conflitos insuperáveis.
- Muitas tentativas têm sido propostas no sentido de equacionar os problemas mundiais mais agudos, mas esses esforços não têm passado do plano das iniciativas bem intencionadas. Há resistências poderosas às mudanças e essas resistências, localizadas no centro do poder mundial, ocupado pelos Países Desenvolvidos, vêm reduzindo aqueles esforços a alertas que, conquanto sinceros, soam para o Terceiro Mundo como mera retórica.

Quanto à terceira pergunta, a resposta é nitidamente óbvia, em face da localização do poder de resistência às mudanças, o que de pronto suscita outra questão: por que razão os Países Desenvolvidos se mostram tão renitentemente resistentes à adoção de medidas concretas de redução das disparidades que os distanciam crescentemente do Terceiro Mundo?

A resposta, também sabida, e reduzida à simplicidade, é que interesses dos Países Desenvolvidos seriam afetados. Tais interesses não se restringem apenas às razões de estratégia política desses Países, pois que o funcionamento do Sistema Internacional é fortemente influenciado por um complexo de fatores, cada um deles dotado de peso relativo próprio. E isto faz com que o poder dos Países Desenvolvidos sobre a operação do Sistema Interestatal seja a expressão de um conjunto de poderes que reciprocamente se sustentam e configuram o poder global de cada um desses Países.

Uma vez que os fatores que atuam no Sistema Internacional são, no dizer de Marcel Merle, "*a resultante de numerosas situações ou iniciativas de cada um dos atores*" (68), é útil conhecer a posição política desses mesmos atores no contexto do Sistema, no esforço de identificar uma resposta plausível para o problema que as questões acima levantadas propõem, o qual diz respeito à questão motivadora deste trabalho, isto é, o que pode ser feito como tentativa prática de promover a mudança na Ordem Internacional Vigente (OIV).

Quanto a isto - e já que existe uma hierarquia de poder entre os Estados atores - o que se pode esperar das duas superpotências?

3.1 - O Papel das Superpotências

A expectativa de que se trata não se mostra estimulante quando são consideradas as duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética, num plano de apreciação simultânea. Neste nível, para elas todas as questões internacionais cedem lugar à primazia do problema da Segurança e a palavra de ordem é confrontação, em lugar de cooperação.

Cerca de trinta encontros de cúpula entre os Estados Unidos e a União Soviética foram realizados desde o término da II Grande Guerra. Nas respectivas agendas, os temas habituais e predominantes: distensão e desarmamento, com algum êxito quanto ao primeiro tema. Quan

(68) MERLE, Marcel - Sociologia das Relações Internacionais, - EUB, 1981, p. 117

to ao desarmamento, as recíprocas proclamações sobre sua necessidade não vêm correspondendo à realidade dos arsenais crescentes. A reunião de Genebra, de novembro/85, entre Reagan e Gorbachev, será diferente?

Há razões para acreditar-se que o estado de conflito latente entre as duas superpotências é muito mais conveniente para Os Estados Unidos e para a União Soviética do que a eliminação das respectivas divergências, que, se ocorresse, certamente propiciaria a abertura de um caminho largo e promissor para a revisão da Ordem Internacional.

É que, sem embargo da sua inimizade, as duas superpotências a cusam uma atitude própria de sócios de um mesmo clube, de membros de uma confraria, atitude que se exprime no aparente paradoxo de que ambas, embora inimigas, são irmãs.

Por sobre esta questão, ARON percorre os caminhos trilhados pelas manifestações de poder das duas superpotências, para destacar que *"os candidatos a um mesmo trono têm sempre algo em comum"* e, observando que as unidades de um sistema internacional pertencem a uma mesma zona de civilização, considera *"inevitável, portanto, que os 'grandes' adotem, em parte, os mesmos princípios e mantenham um diálogo, enquanto combatem"* (69).

Isto sugere, desde logo, que as superpotências admitem a convergência, ao menos num plano mais geral. Restaria a dúvida se essa convergência envolveria também o plano político, dúvida tanto mais acentuada quando se sabe que o plano político dos dois expoentes do sistema internacional se sustenta em ideologias conflitantes. E aí reside a inimizade, não pelas diferenças ideológicas, em si, mas pelos propósitos e efeitos práticos dessas diferenças.

Em que nível seria possível a convergência? No depoimento de FLECHTHEIM a G. R. Urbam, a possibilidade é admitida no plano tecnológico e social, mas o cientista político receia que ela resulte no que chama de tipo negativo de convergência, ou seja, a destruição

(69) ARON, Raymond - Paz e Guerra entre as Nações - EUB, 1979, p. 58

de toda a cultura e civilização modernas, se - destaca ele - "a luta pelo poder político e pelo armamento continuar, se continuarmos a nos mostrar incapazes de resolver os conflitos internacionais ..." (70).

A visão terrificante do futuro da sociedade humana de FLECHTHEIM não é compartilhada, porém, por DUVERGER, para quem "... a exigência por maior liberdade pessoal torna-se universal quando a sociedade passa a ser tecnologicamente mais sofisticada e o padrão de vida alcança certo nível. A liberdade converte-se em um dos confortos da criatura". Sob esse enfoque, DUVERGER admite que "... o processo talvez possa ser lento e com isto a convergência também será muito lenta, mas é inevitável" (71).

A fraternidade entre as duas superpotências requer muito mais do que, pelo entendimento de DUVERGER, a convergência tecnológica permite presumir, se a ela faltar o elemento valorativo reclamado por THEO LEFÈVRE, quando afirma que a civilização tecnológica "não possui nenhuma virtude inata". O reclamo é quanto à moralidade ("moralmente o homem não fez o mesmo progresso que com suas faculdades científicas"), que salienta constituir o grande problema da nossa época (72).

Em que reside, então, a fraternidade das duas superpotências? ARON dá a resposta ao dizer que há uma solidariedade inconsciente ou implícita entre elas, que qualifica sua inimizade: ambas preferem manter o duopólio termonuclear a permitir que as armas de destruição maciça se difundam, e temem mais uma guerra total do que progressos limitados do seu rival.

Isso significa que ambas se empenharão em manter a hegemonia da confraria bipolar, uma espécie de garantia de que o Mundo estará bom para elas, não importa que o preço seja o da hipocrisia de uma inimizade cordial. Afinal, quem lhes cobrará a falta de moralidade?

(70) FLECHTHEIM, Ossip T. - Marxismo e o Terceiro Caminho - in O Preço do Futuro - coord. de G.R.Urban e Michael Glennay - Ed. Melhoramentos, S.P. 1974 - p. 240

(71) DUVERGER, Maurice - O Alcance da Convergência Tecnológica, id. ibidem, p. 197 a 207

(72) LEFÈVRE, Theo - A Ilusão da Convergência Tecnológica - id., ibidem, p. 215 e 219

E, se o Mundo lhes é bom, delas não se há de esperar a iniciativa que o conduza à mudança. Para esta, há que cogitar do Sistema Internacional como um todo, a partir do plano político, onde as ações internacionais têm começo, ainda que nem sempre alcancem os fins desejados.

3.2 - O Papel dos (demais) Estados

No palco das relações internacionais os protagonistas que formam o elenco principal de atores são os Estados. Se considerarmos que a peça cuja representação lhes cabe é a "*harmonia do sistema internacional*", esperar-se-ia que a cada um coubesse um papel igual. Do ponto de vista do "*direito de representar*" no prosscênio mundial, essa igualdade de representação seria a ideal.

Contudo, o modo jurídico para os desempenhos da totalidade dos Estados atores é, na realidade, não mais que uma ficção, pois cada um deles exercita suas ações em função da sua expressão relativa no conjunto das Nações, cuja medida envolve a respectiva população, o tamanho do território, a dimensão do seu Produto Nacional Bruto (PNB), poder militar, domínio tecnológico. Esses fatores estabelecem o tamanho econômico do Estado e refletem, necessariamente, seu poder político. Teoricamente os Estados detêm igual poder político no quadro das relações mundiais, na medida jurídica do princípio da soberania. No entanto, a distorção entre poder político e poder econômico reduz os Estados economicamente mais frágeis à condição de comparsas, caudatários das decisões das grandes potências.

Esse contraste entre direito e fato constitui o elemento de perturbação no funcionamento da organização internacional, situação essa tanto mais agravada quando se considera que a distorção é determinada não apenas pela vontade política dos Estados fortes - no sentido da manifestação governamental representativa desses Estados - mas também (e em muitos casos a despeito da intenção deliberada dos seus governos) por força da ação de atores não governamentais em cada Estado, cujo poder de influência na política externa condiciona o papel governamental.

3.3 - Os Atores não governamentais

Tal condicionamento ao exercício das funções internacionais dos Estados reflete as relações de forças a que estão sujeitos os governos. Sendo estes que falam pelos Estados, a compreensão do seu papel implica considerar que o governo não é mais que um grupo de pessoas em torno de uma liderança política, o que significa que atrás da fachada do Estado há forças e mecanismos influenciando na política interna e externa e, por consequência, sobre qualquer iniciativa de mudança no Sistema Internacional.

Tais forças e mecanismos são identificáveis nos partidos políticos, pouco influentes em política externa, mas fortemente influentes no plano interno, de onde derivam, porém, efeitos sobre os interesses do Estado no âmbito internacional; nos grupos de pressão, representados pelos grupos de interesses, em geral voltados para a defesa de questões econômicas; os grupos sociais, cuja força é menos específica que aqueles e mais difusa, nem sempre percebida; grupos ideológicos, militantes das causas com motivação coletiva (problemas ecológicos, raciais), todos tendentes à formação de "lobbies"; nos grupos identificados com a administração, em geral defendendo suas posições na estrutura governamental, civil ou militar; e a opinião pública, cujo grau de importância sobre a política externa é pouco significativa, e nem sempre reflete a média da opinião da população, pois quem forma a opinião pública é, em regra, a imprensa: e quem controla a imprensa?

Uma análise menos sumária do panorama mundial permite constatar que embora os Estados, dado seu poder de decisão e sua força de coerção, sejam realmente os principais atores das relações internacionais, estas extrapolam os limites do relacionamento oficial entre os Países.

É que a existência simultânea de diferentes atores internacionais, com estrutura, dimensão e objetivos bastante diversificados, amplia o campo das relações internacionais e exacerba a sua complexidade.

Marcel Merle (73), ao analisar as forças transnacionais, distingue, nestas, dois tipos de atores não governamentais: as Organizações não Governamentais (O.N.G.) e as firmas multinacionais.

As Organizações não Governamentais (O.N.G.) compreendem diversos agrupamentos e associações, criados por particulares de diferentes Países, visando ao intercâmbio mais rápido no plano internacional. Suas origens remontam às antigas ordens religiosas, sociedades de pensamento, ligas e corporações de mercadores. Modernamente caracterizam-se por serem de iniciativa particular e dedicarem-se à solidariedade internacional, nas mais diversas modalidades de cooperação.

A ação dessas Organizações amplia progressivamente a rede de relações e de intercâmbios no Mundo, atendendo necessidades que os Estados e as Organizações Intergovernamentais (como a Organização das Nações Unidas - ONU e instituições a ela vinculadas) não conseguem satisfazer plenamente.

Atualmente essas Organizações têm suas sedes espalhadas por todos os continentes. A França, Bélgica, Grã-Bretanha, os Estados Unidos, a Suíça e o Japão destacam-se como os Países que sediam maior número de O.N.G.

Apresentando-se de forma consideravelmente diferenciada no que concerne à sua dimensão e aos seus objetivos, alinham-se, quanto ao primeiro aspecto, as Organizações Sindicais Internacionais, entre as quais pontificam:

- . Federação Sindical Mundial (F.S.M.),
- . Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (C.I.S.L.),
- . Confederação Mundial do Trabalho (C.M.T.), com representantes em 70 Países,
- . Federação Mundial dos Ex-Combatentes, com mais de 20 milhões de membros, em 81 Países.

Quanto à diversidade de objetivos, observa-se a abrangência de quase todos os setores da atividade social, como registra Marcel Merle (74): bibliografia, imprensa e documentação, religião, ciências sociais, relações internacionais, política, direito, administração, Sindicatos, comércio, agricultura, transportes, tecnologia, saúde, educação, artes, esportes, organizações profissionais, mercado comum.

Apesar da grande diversidade e da sua inadaptação aos diferentes Direitos nacionais, as O.N.G. mantêm boas relações com os Estados e têm participado positivamente em programas de assistência e de desenvolvimento de instituições especializadas, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Organização de Alimentação e Agricultura (FAO).

As empresas multinacionais constituem um outro tipo de ator internacional não governamental. Suas iniciativas e ações atravessam fronteiras, afetando o mercado de trabalho, o nível de vida das populações, o fluxo de capitais e o balanço de pagamentos dos Países, e se caracterizam, principalmente, pela transnacionalização das suas atividades.

A grande maioria dessas empresas é originária dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Suíça, República Federal da Alemanha, França e Japão.

As controvérsias sobre as multinacionais, observa Marcel Merle (75), começam pelo aspecto jurídico, já que toda empresa deve possuir uma nacionalidade, em geral determinada pela localização da sua sede inicial. Movidas, porém, pelo lucro máximo, elas atravessam fronteiras e criam um mercado mundial. Sua capacidade de concentração sob a forma de monopólios e oligopólios gerou poderosos agentes de transformação das estruturas econômicas e políticas e estabeleceu novo tipo de divisão do trabalho, em escala mundial.

Algumas firmas multinacionais, como a General Motors, a General Electric, a I.B.M. a Shell, entre outras, exibem capacidade fi

(74) MERLE, Marcel - op. cit., p. 273

(75) id., ibidem, p. 290

nanceira superior a de muitos Estados. Isto provoca, segundo observa MERLE, um deslocamento do poder dos Estados para essas verdadeiras potências econômicas, cuja flexibilidade e capacidade de utilização de meios desconhece fronteiras e passa ao largo das formas tradicionais de controle. Em decorrência disso, a Comissão Econômica Europeia elaborou, em 1976, um "Código de boa conduta" com o objetivo de ordenar as relações dos Estados com as multinacionais: de um lado, os Estados concederiam a essas empresas igualdade de tratamento dispensado às firmas nacionais, e de outro lado, as multinacionais não se intrometeriam nos assuntos políticos e administrativos dos Países que as acolhessem.

Na prática, as multinacionais podem ser consideradas como atores autônomos no âmbito das relações internacionais, com poderosa influência sobre a organização da sociedade mundial.

Indagando em que medida tornam-se as firmas multinacionais atores específicos "susceptíveis de competir com e até suplantarem os atores tradicionais" - os Estados - MERLE comenta (76):

"(...) as firmas multinacionais fogem de maneira crescente ao controle dos governos, o que permite considerá-las como atores autônomos susceptíveis de rivalizar com os Estados. Porém essa rivalidade não implica, por parte dos dirigentes das firmas, nenhuma vontade (aliás nem, tampouco, possibilidade) de substituição do poder político exercido pelos dirigentes. Isso não impede, não obstante, que a dissociação crescente entre o poder político e o poder econômico constitua uma séria fonte de perturbação para a organização da sociedade internacional."

3.4 - As Organizações Regionais

Mas as ações dos Estados no plano internacional não se exauram no exercício isolado dos desempenhos próprios, nem o Sistema Interestatal se restringe à bipolaridade Leste-Oeste - que se estruturou muito mais em função do problema da Segurança do que da Economia - como não são as atividades das Organizações Intergovernamentais de âmbito universal e não governamentais as que completam a nomenclatura dos atores das relações internacionais.

Os interesses políticos e em especial os econômicos dos Estados, vêm sendo fator de articulação de governos nacionais agrupados em defesa de propósitos comuns, criando sistemas regionais de que são exemplo, entre outros: a Comunidade Britânica, a Comunidade Econômica Européia, o Parlamento Europeu, a Organização do Tratado do Atlântico Norte, o Tratado de Assistência Mútua da Europa Oriental (Pacto de Varsóvia), a Liga Árabe, a Organização da Unidade Africana, o Sistema Econômico Latino-Americano, o Pacto Andino, a Organização dos Estados Americanos.

A existência desses sistemas evidencia que o Sistema Internacional global não vem bastando como modelo satisfatório, tal como revela que um Estado, poderoso ou não, é sempre dependente.

Interdependência supõe relação de forças. No sistema político mundial, assim como no econômico e no militar, que são manifestações específicas de poder político, há uma necessária hierarquia de poder, eis que a paridade de forças deixaria de dar sentido à concepção sistêmica da política internacional, pois eliminaria a competição, elemento que empresta coerência ao Sistema Internacional.

É por ser assim estruturado que o Sistema Interestatal necessita de mecanismos de conciliação de interesses em conflito ou potencialmente conflitantes, cuja expressão tradicional é a Diplomacia. Quando esta é insuficiente para as questões entre dois Estados, ou se tais questões afetam maior número de Estados, o cenário é ocupado pelos organismos intergovernamentais universais, cuja expressão maior é a Organização das Nações Unidas (ONU).

3.5 - A ONU e as Disparidades Mundiais

Os esforços no sentido da reformulação da Ordem Internacional Vigente (OIV), têm encontrado na ONU um forum receptivo ao debate , conquanto pouco eficazes em resultados as deliberações da sua Assembléia Geral. O fato, em si, não é surpreendente, pois a Organização não está revestida de poderes supranacionais para fazer valer suas decisões. O consenso, ainda que à unanimidade, não prevalece sobre a vontade dos atores que, escudados nas razões de soberania, de interesse de Estado, ajustam a observância das decisões da Organização consoante a conveniência própria. Provavelmente por isto as manifestações da Assembléia Geral da ONU são emitidas sob o rótulo de "recomendações".

A circunstância não invalida as intenções, sempre estribadas no princípio básico que informa a função primordial da Organização: a união dos povos pela cooperação, fundada nos valores internacionais de dignificação da condição humana.

O debate sobre os temas mundiais e sobre a necessidade urgente de promover-se a redução das disparidades entre as Nações teve cenário recente na VI e VII Sessões Especiais da Assembléia Geral.

Sobre cinco pontos a Organização emitiu recomendações, preconizando a adoção de medidas tendentes à promoção da redução das disparidades entre os Países Desenvolvidos e os Países em Desenvolvimento (PED), a saber:

- . Comércio internacional,
- . Transferência de recursos reais,
- . Ciência e Tecnologia (com ênfase para a cooperação entre aqueles países no fortalecimento da infraestrutura científica e tecnológica, expansão da assistência dos primeiros aos segundos e adoção de um Código Internacional de Conduta para a transferência de tecnologia),
- . Industrialização,
- . Alimentos e Agricultura (alta prioridade para o desenvolvimento agrícola e a pesca, e cumprimento de compromisso internacional de segurança mundial de alimentos).

Essas recomendações tiveram como repercussões mais notáveis sua aprovação no Plano de Ação adotado pela Assembléia Geral, sem veto, e sua reafirmação na Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados, além de haverem motivado depoimentos de líderes mundiais de alguns Países Desenvolvidos alertando para a urgência na revisão da Ordem Internacional Vigente (OIV).

A despeito desses pronunciamentos, os Estados Unidos, imediatamente após a VI Sessão Especial, iniciaram a formação de um bloco de Países Desenvolvidos para enfrentar as exigências do Terceiro Mundo, o que permite lançar suspeição sobre a sinceridade do reconhecimento de que as carências dos Países em Desenvolvimento (PED) são agudas e afetam o equilíbrio da ordem internacional. Se a prática dos Países Desenvolvidos é essa, não há razão para os do Terceiro Mundo acreditarem na validade dos preceitos contidos na Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados, cujos principais pontos são os seguintes:

- . Integridade territorial soberana e independência política dos Estados,
- . Igualdade de soberania,
- . Não agressão e não intervenção,
- . Cooperação internacional para o desenvolvimento,
- . Direitos iguais e auto-determinação,
- . Solução pacífica das divergências,
- . Respeito pelos direitos e liberdades fundamentais humanos,
- . Promoção da justiça social internacional.

A suspeita não é gratuita, quando se recorda que, em 1973, constituiu-se uma Trilateral com o objetivo de formular uma estratégia político-econômica de interesse comum dos três blocos mais importantes do mundo capitalista: os Estados Unidos, a Europa Ocidental e o Japão. De modo claro: a estratégia dirigia-se ao controle dos problemas emergentes das relações Norte-Sul, Países Desenvolvidos versus Países em Desenvolvimento (PED). Sob a égide da Trilateral, os Estados Unidos reformularam sua postura em relação ao Terceiro Mundo, particularmente quanto à América Latina. As razões de conteúdo liberal das teses do trilateralismo quanto ao continente sula-

mericano, no plano político, não foram as únicas. Entre as de ordem econômica, uma atenta análise pode salientar os seguintes propósitos:

- . prevenir as exigências excessivamente radicais para uma Nova Ordem Econômica Internacional;
- . orientar as economias do Terceiro Mundo para uma industrialização competitiva mínima nos mercados internacionais;
- . estimular novos mercados orientados para a aquisição de bens de capital e de consumo produzidos na esfera trilateral.

Enquanto objetivos como esses fornecerem aos Países Desenvolvidos os resultados por eles desejados, as expectativas do Terceiro Mundo por uma reformulação da ordem econômica internacional não podem ser consideradas otimistas, a despeito de um Mundo em transformação.

O que precisa ser feito é do interesse de todos os Estados, que dispõem de um plenário para debater a agenda do que fazer e como fazer. Quando fazer, é agora, pois o futuro não espera.

A ONU é a resposta correta àquela terceira pergunta.

À ONU pode e deve caber o papel decisivo na administração e no redirecionamento das transformações por que passa o Mundo. Mas de um modo tal que a riqueza, implícita no que se está transformando, e que são os indicadores de enriquecimento crescente dos Países Desenvolvidos, ao lado do aumento das demandas do Terceiro Mundo, seja atomizada em benefício da reversão dessas duas alarmantes tendências.

O que está em causa é a construção do futuro, que não é de alguns, mas de todos, e do qual diz PECCEI (7):

"O futuro que nos concerne, com o qual as gerações atuais e as imediatamente seguintes poderão contar, ou que deverão temer, será realmente um produto do homem. O homem moderno tornou-se o agente principal das mudanças que acontecem neste

(77) PECCEI, Aurélio - op. cit., p. 15/16

pequeno canto do Universo, do qual se apoderou. Nessas condições, o futuro é uma exclusividade dele; dependerá essencialmente dele. Dizendo melhor, o futuro dependerá do que os bilhões de habitantes de nosso planeta farão, dia após dia, e da maneira como o farão. Se ele for o produto de suas desordens, de suas lutas, ou de sua mesquinharia, será um futuro miserável em um mundo insuportável de viver. Se, pelo contrário, for sua criação consciente, o resultado de seu comportamento de fazê-lo melhor que o presente, poderá ser um futuro digno de nossa qualidade de homens, em um mundo onde nós mesmos, nossos filhos e netos poderemos viver, trabalhar e amar em paz."

CAPÍTULO IV
PARA CONSTRUIR O FUTURO

4. PARA CONSTRUIR O FUTURO

O futuro é o tempo que há de vir, diz o léxico, e interessa às expectativas do Homem, deve-se acrescentar. Pois é nele que o Homem põe a sua energia e o seu otimismo, ou nele descrê e se abate. Os tempos vindos, a evolução histórica e cultural da humanidade, dizem que os homens acreditaram na sua capacidade de querer, pois as mudanças se fizeram e o Mundo se transformou. São os que descreram não fizeram a História.

A constância de fazer o futuro é a motivação do exercício da condição humana, isto é, a razão da permanência do Homem no seu planeta, que sua inteligência, suas aspirações, sua vontade e o seu trabalho viabilizam.

No plano do interesse individual, em que se encontra a maioria das pessoas, o Homem cuida da sua subsistência e da de sua família. Mas lhe interessa, também, o que se passa no plano da comunidade onde ele se situa, na medida em que o que ali ocorre afeta sua vida. Outras pessoas tratam de problemas que interessam à comunidade e suas ações refletem o grau das dificuldades que enfrentam e repercutem na coletividade a que servem. A dimensão desse plano expande-se do nível local/regional para o nível mais complexo dos interesses nacionais, em que a algumas outras pessoas incumbe enfrentar os problemas e as pressões com ressonância no conjunto social, exigindo medidas que se prolongam no tempo e ingressam no futuro da sociedade que abrangem.

Mas essas pressões e esses problemas não se esgotam no espaço geográfico onde se inscreve a sociedade nacional, pois o avanço tecnológico como que suprimiu as fronteiras e colocou os homens em uma só e mesma comunidade de interesses: a comunidade planetária.

Então, o que se passa no Mundo de algum modo interessa àquele Homem que cuida apenas, ao que parece, da sua subsistência e da de sua família. Do mesmo modo que lhe interessa saber quanto do seu salário ou de sua renda, parte o poder público retém e o que é feito

da sua contribuição e, se convivendo em um regime de livre manifestação, questionar não só a aplicação do seu tributo mas tudo o mais que sua participação no conjunto da sociedade se lhe afigure legítimo desejar daquele mesmo poder público, também lhe importa que na sociedade internacional as coisas aconteçam de forma compreensível e aceitável no plano dos interesses da sua sociedade nacional, os quais ele presume sejam os que, afetando-o e à sua família, beneficiem o futuro da sua coletividade e o seu próprio.

O futuro é, numa síntese, a perspectiva do Homem, que, num Mundo como o atual, não é promissora.

Considerando o quadro planetário vigente e a manterem-se as condições atuais de funcionamento do Sistema Mundial, "é motivo de preocupação crescente a possibilidade de a maioria dos objetivos pessoais e nacionais virem a ser anulados pelas tendências gerais a longo prazo ..." (78).

Que tendências são essas?

4.1 - As Demandas Mundiais

Sob o rótulo da epígrafe, são as referidas por U THANT, no ano de 1969:

"Não desejo parecer excessivamente dramático mas, pelas informações de que disponho como Secretário Geral, só posso concluir que os membros das Nações Unidas dispõem talvez de dez anos para contornar suas velhas querelas e organizar uma associação mundial para sustar a corrida armamentista, melhorar o ambiente humano, controlar a explosão demográfica e dar às tentativas de desenvolvimento o impulso necessário. Se tal associação mundial não for formada dentro dos

(78) MEADOWS, Donella et alii - Limites do Crescimento - Ed. Perspectiva, 1973, p. 14

próximos dez anos, então será grande o meu temor de que os problemas que mencionei já tenham assumido proporções a tal ponto estarrecedoras que estarão além da nossa capacidade de controle." (79).

As demandas vitais da sociedade planetária, expressas nessas tendências, podem ser reduzidas ao seguinte elenco:

- . Suficiência de alimentos.
- . Oportunidades de trabalho.
- . Segurança individual e coletiva.
- . Qualidade ambiental.

A satisfação dessas exigências supõe uma sociedade mundial em que os direitos fundamentais da pessoa humana, reunidos na expressão-síntese do viver com dignidade, estejam impregnados do valor liberdade e do valor justiça, um e outro lastreando a correção das distorções do presente e o assentamento dos rumos para o futuro.

As ações mundiais para a fixação desses rumos deverão refletir a conjugação dos esforços necessários à superação das disparidades sociais entre as Nações e dentro delas, o que implica a redução das diferenças econômicas.

O futuro a ser construído sob tais condições será aquele que

"baniu a guerra e indispôs a fome, realizou o bem-estar e distribuiu à generalidade dos homens quanto de direito lhes toca, porque alterou o curso das coisas e salvou o Homem" (80).

A postura para viabilizar a sociedade planetária desejada deve ser, pois, de apelo à concórdia, cuja estratégia é a cooperação internacional. Este é o papel que se apresenta às Nações para cons-

(79) Citado por MEADOWS, Donella *et alii* - op. cit., p. 13/14

(80) ABREU, Alcides - Organização da Liberdade - I.O.F., Florianópolis, 1955, p. 72

truir-se o futuro de um Mundo em que faça sentido a presença do ser humano, já que sendo este Mundo o seu *locus*, somente nele o Homem tem sua oportunidade.

4.2 - Em Busca do Caminho

Desde que a cooperação internacional é o caminho para a construção do futuro do Homem, quais serão os meios práticos de realizá-la?

Esta é realmente uma questão difícil, do ponto de vista da efetividade dos meios. É que a dificuldade não está em dizer quais são os instrumentos fundamentais para uma estratégia de cooperação. O problema está em como tornar esses instrumentos consensuais e, mais sério ainda, como operá-los.

Abordando a questão das crises mundiais atuais, cuja solução assevera ser possível "*através da cooperação, em vez de fazê-lo pela confrontação*", o segundo informe do Clube de Roma (81) assinala que

"a solução dessas crises só pode ser desenvolvida num contexto global, com pleno e explícito reconhecimento do sistema mundial que surge e em base de longo prazo",

aduzindo que

"isso iria exigir, entre outras mudanças, uma nova ordem econômica mundial e um sistema global de alocação de recursos".

(81) MESAROVIC, Mihalo e PESTEL, Eduard - Momento de Decisão, Agir, 1975, p. 174/5

O simples enunciado das duas estratégias referidas (uma nova ordem econômica mundial e um sistema global de alocação de recursos) já diz do alto grau de complexidade que envolve o problema da cooperação internacional. Como lembra Marcel Merle (82):

"(...) para compreender a sociedade internacional também é preciso levar em consideração as forças e as correntes que levam os Estados a se reagrupar segundo diferentes critérios ou fatos que dividem os próprios Estados; também tem-se de considerar as forças que fogem ao controle dos Estados."

Ora, sabe-se "hoje que a riqueza fica concentrada nas mãos de um pequeno número, desde que o terço da população mundial dispõe de nada menos do que 85% do produto mundial bruto" (83). Sabe-se, ainda, como é verdadeiro o ensinamento de MICHELS, citado por LASWELL e KAPLAN (84), segundo o qual

"uma classe considerada como um todo nunca abandona espontaneamente uma posição de vantagem. Nunca reconhece nenhuma razão moral suficientemente poderosa para obrigá-la a abdicar em favor de 'seus irmãos mais pobres'".

Dito de outro modo: não se pode esperar renúncia voluntária ao poder.

Não é menos verdadeiro, porém, o fato de que o poder não se sustenta isoladamente, em nenhuma de suas formas. Cada uma delas, como lembram LASWELL e KAPLAN, exige, para sustentar-se ou para ser conquistada, o exercício simultâneo de outras formas de poder (85).

(82) MERLE, Marcel - op. cit., p. 33

(83) id., p. 155

(84) LASWELL, H. e KAPLAN, A. - Poder e Sociedade - EUB, 1980, p. 314

(85) id., p. 129

Se a dois terços da população mundial, como refere MERLE, sobre o modesto saldo dos 15% da economia do planeta, e tecnicamente isto quer dizer o Terceiro Mundo, importa verificar se essa evidente posição de fragilidade é uma condenação inexorável, ou se nela há algo que configure, para esse contingente, uma forma de poder capaz de ser oposto aos detentores da fração maior do produto mundial. A resposta é sim, pela simples razão de que esses dois terços representam, potencialmente, um perigoso fator de desequilíbrio nas relações de força que influem no funcionamento do Sistema Mundial, na medida em que se ampliem as diferenças econômicas entre os Países Desenvolvidos e os Países em Desenvolvimento (PED).

Ter-se-á, então, a sujeição dos Países Desenvolvidos a um processo crescente de deterioração das condições próprias de segurança e, se esta não puder ser preservada, isto significará, para aqueles, a perda do controle e da organização do poder, como assinala Karl Deutsch (86).

Vem a propósito o alerta registrado no terceiro informe do Clube de Roma (87):

"O Futuro da humanidade depende de que ela chegue a um acordo quanto a essas diferenças, quanto a criar uma nova compreensão e consciência, baseadas na interdependência e no interesse mútuo de trabalhar e viver juntos. Recentes interrupções no processo de mudança colocaram a humanidade no limiar de novas escolhas. Ao decidir-se entre elas, terá que aceitar a dura realidade de que, talvez ao contrário de épocas anteriores, ela tem apenas um futuro, ou futuro nenhum."

A questão se reduz, então, por difícil que isto seja, à seleção dos meios que tornem possível às Nações trabalhar em conjunto, fazendo praticável uma cooperação internacional justa e construtiva.

(86) DEUTSCH, Karl - Análise das Relações Internacionais - EUB, 1978, p. 218

(87) TINBERGEN, Jan - op. cit., p. 43

Trata-se, enfim, de reunir esforços para a disputa pela paz, que é o novo nome do futuro.

4.3 - O Recurso Básico

Recurso, na sua etimologia, significa reunir para combater. O combate pela construção do futuro do Homem implica, como recurso básico, criar a consciência de que a cooperação internacional é o único caminho para evitar, na expressão de PEARSON (88), "*a ira dos povos miseráveis do Mundo*".

A construção do futuro ideal não é, porém, obra imediata e a edificação de uma Nova Ordem Internacional

"não pode levar a uma completa e verdadeira igualdade entre as Nações. Mas pode resultar numa redução das desigualdades e na distribuição eqüitativa das oportunidades globais e, ao fazer isso, lançar as fundações para a verdadeira cooperação" (89).

As diferenças entre as Nações perdurarão, mesmo porque, como sublinha ARON,

"enquanto a humanidade não tiver se reunido num Estado Universal, haverá uma diferença essencial entre a política interna e a política externa" (90),

mas as iniquidades de um Sistema Internacional que põe dois terços da riqueza mundial à disposição de um terço da população do planeta, estas não podem perdurar.

(88) TINBERGEN, Jan - op. cit., p. 89

(89) id., p. 84

(90) ARON, Raymond - op. cit., p. 97

Lembrando que a integração dos países pode ser comparada ao poder, Karl Deutsch opina que

"uma era de pluralismo e, na melhor das hipóteses, de comunidades pluralísticas de segurança, pode bem caracterizar o futuro próximo" (91).

A visão dessa possibilidade otimista tem em conta, por certo, não só a busca da paz, mas a preservação da paz. Isto significa o necessário controle do poder e implica um continuado esforço das Nações, que, como acentua DEUTSCH, provoque

"uma grande medida de amalgamação (que) deverá continuar até obter êxito" (92).

O que se fará necessário para a consecução de um objetivo dessa ordem? Não serão bastantes apenas boa vontade e esforços contínuos. O alcance desse propósito envolve um grau de dificuldade de tal dimensão que supõe uma elevação valorativa da cultura política, vale dizer, o aperfeiçoamento das virtudes humanas.

Deflui desse desiderato, o da busca de "comunidades políticas integradas" no sentido de assegurar o controle da paz e do poder, que os esforços necessários se sustentem na "criatividade e inventividade políticas", como assinala DEUTSCH.

É que,

"sem um novo clima político e novos esforços políticos como esses, a humanidade não deverá sobreviver muito tempo." (93)

O recurso básico para a promoção da paz e para o controle do poder em benefício da paz e da justiça internacional é, então, uma questão de fazer operável a consciência latente de que não há outro caminho.

(91) DEUTSCH, Karl - op. cit., p. 261

(92) id., ibidem

(93) id., ibidem

Não basta que muitas pessoas, em muitos países, estejam se tornando "mais conscientes do problema e da necessidade de maiores esforços para tratar dele." Não é consolo suficiente que esse fato torne "provável sua solução" (94).

O que efetivamente importa é que havendo, como há, uma "avas-
saladora necessidade de mudança, (...) também há oportunidades para
organizar a mudança" (95).

O Brasil, para quem tal necessidade se eleva ao nível de es-
sencialidade, vê nessa mudança a sua oportunidade.

(94) DEUTSCH, Karl - op. cit., p. 261

(95) TINBERGEN, Jan - op. cit., p. 40

CAPÍTULO V

A OPORTUNIDADE BRASILEIRA

5. A OPORTUNIDADE BRASILEIRA

A oportunidade brasileira se apresenta a partir de dois fatos: primeiro, o de que o Brasil encontra-se em um evidente processo de transição; segundo e em função disto, o de que para o Brasil o futuro já chegou.

É que o País demarca, desde agora, as linhas do futuro que deseja, recolhendo-as dos traços do seu passado recente. Havendo retomado a via democrática que lhe estava, há pouco, obstruída, põe-se o Brasil na tarefa de reedificar-se: contempla seu horizonte histórico e se contempla, para dizer se deseja a democracia liberal ou se prefere a social-democracia, ou, simplesmente, uma democracia isenta de rótulos mas atenta aos valores nacionais que importa preservar e aperfeiçoar.

Mas não hesita. Aciona os mecanismos do debate pelo conduto da Constituinte que lhe fixará os marcos institucionais para o exercício da vida nacional, e vê a nova Carta Constitucional como o instrumento definidor de um modo melhor de fazer-se o progresso e dele dispor, a seu benefício.

Ingressando, assim, numa etapa que se poderia dizer conduzida por uma espécie de "*politicometria*", se a expressão é admissível para configurar a ação política deliberada, reúne os salvados da ordem jurídica até ontem vigentes para aperfeiçoá-los, substituí-los e complementá-los; questiona as mudanças internas desejáveis e necessárias nas estruturas que compõem o sistema econômico para fazê-lo mais saudável e justo; aprofunda a análise das disparidades regionais e intra-regionais que dão a medida dos problemas sociais para atenuá-las ou suprimí-las, de modo a, quanto a estes, viabilizar as soluções.

E a sociedade nacional não esmorece ante a dimensão da tarefa, pois sente e sabe que o Brasil não é um problema insolúvel.

O Brasil é um complexo de desafios que conformam um exercício atraente de ousadias, seja pela arquitetura das políticas a desenhar; quer pela engenharia das estratégias a deflagrar, tanto como na concepção de planos, quanto à execução das ações deles derivadas.

O Brasil é, mais ainda e sobretudo, uma oportunidade. Para os brasileiros. Para todos os brasileiros.

Hoje 130 milhões; em 15 anos 168 milhões, talvez 181 milhões de brasileiros (96). Sabendo-se, contudo, que hoje a grande e inquietante maioria dos brasileiros são jovens de várias idades, aos quais agora mesmo se apresenta a oportunidade do exercício atraente de arquitetar a engenharia do Brasil desejável. E, como esse exercício, envolve a tarefa de produzir Desenvolvimento, ele não se esgota, eis que, por definição, Desenvolvimento é moto-contínuo.

É por isso que os jovens de várias idades que povoarão o País no limiar do novo século e que serão certamente mais numerosos do que os contingentes deste instante, terão a seu cargo o prosseguimento das ousadias a praticar, impulsionadas pela força das novas idéias criadoras que são a energia que move o Desenvolvimento e que torna possíveis as aspirações do homem, pela única via que faz a esperança da perene presença da sociedade humana no seu planeta: o trabalho.

Os fatores para o aproveitamento da oportunidade que se abre para o Brasil estão disponíveis: o espaço territorial, o mesmo desde os primórdios da República, mas diferente, hoje, na feição ocupacional, não só sob os aspectos da presença humana, numericamente ou qualitativamente, como em equipamentos materiais, urbanos e tecnológicos; a acumulação do conhecimento; o instrumental institucional; o aparelhamento produtivo, tudo a conformar sua expressão geopolítica, a dimensão do seu potencial, a sua estatura entre as Nações (97).

(96) Fonte: Banco Mundial - op. cit., p. 83

(97) BORGES FILHO, Nilson - O Despertar do Terceiro Mundo - Brasil: Agente de Poder - Dissertação de Mestrado - UFSC/CPGD, março, 1981 (mimeo.), p. 86

Hoje diferente de antanho, porque cresceu, expandiu-se, demarcou avanços, seu povo é mais numeroso, sua população lhe ocupa mais espaços e alargou as fronteiras do comércio exterior, o Brasil em alguns momentos improvisou e foi imprevidente, na economia e na política.

Porque improvisou para crescer economicamente, endividou-se e tem na dívida seu maior problema. Porque impreviu na política, acumulou outra sorte de dívida, a social, cuja quitação é prioritária mas não pode ser saldada sem que a economia lhe dê os meios.

A questão que se apresenta ao País, no momento, é novamente crescer, o que é, no dizer de Celso Furtado (98),

"condição necessária para desindividuar-se (...). Mas não é condição suficiente. É necessário que o crescimento seja acompanhado de aumento da capacidade de pagamento no exterior, o que requer maior participação das exportações no produto e/ou menor participação das importações. Portanto, para desindividuar-se, o País terá de crescer de uma determinada forma, o que dificilmente se obtém sem uma política deliberada."

A oportunidade brasileira não se restringirá ao seu espaço interior. Nenhuma ação política interna terá êxito se voltada apenas para a capacidade nacional de produzi-la e executá-la. O fato da dívida externa, por si só, afasta a hipótese. A quitação de um débito já superior a 100 bilhões de dólares impõe ao País que ele busque no espaço mundial a sustentação de uma política de crescimento suscetível de gerar os meios para a construção do seu futuro.

É no Mundo que está a grande oportunidade para o Brasil. E o Brasil pode e deve ir ao encontro dessa oportunidade, desde que se lhe abra um caminho desobstruído dos obstáculos que a Ordem Internacional Vigente (OIV) opõe ao exercício da cooperação internacional para a redução das disparidades entre os Países Desenvolvidos e os Países em Desenvolvimento (PED).

(98) FURTADO, Celso - op. cit., p. 75

O momento mundial que se vive não registra nenhuma ação concreta e efetiva no sentido de dar forma à procura desse novo caminho.

Bem ao contrário, o que se vê é, de um lado, um Mundo tocado de perplexidade ante a impotência da Diplomacia de pôr termo a prolongados e intermináveis conflitos regionais, cuja lista sumária e incompleta, porque para exemplificar, mencionaria:

. o Oriente Médio, com o Líbano transformado num campo de guerra para o exercício das armas da Síria, de Israel e das facções libanesas movidas pelo radicalismo religioso, com os Palestinos em busca de um território sem importar aos seus guerrilheiros o preço crescente em vidas próprias ou de judeus;

. próximos ao Líbano, o Irã e o Iraque persistindo um processo de destruição mútua, já faz mais de quatro anos;

. não longe, o povo do Afeganistão assistindo a presença soviética em seu território, em razão do que mais um palco de guerrilha contra o invasor e o governo que esta admitiu se instalou;

. o Extremo-Sul Asiático, onde a guerrilha humilhou, outrora, o orgulho francês e anulou, há pouco, o poderio bélico americano, e onde perduram os combates que não discriminam as crianças e as mulheres do Camboja e do Laos, numa reedição do sangrento cenário vietnamita;

. o Continente Africano, marcado pela miséria de numerosas populações cujos líderes dispersam oportunidades de progresso pela compulsão dos combates entre Países irmãos, em alguns dos quais (Angola, Etiópia, Sudão, Chade, Namíbia, entre outros) é insidiosa a presença de interesses alienígenas (Cuba, União Soviética, França, por exemplo), ideológicos e econômicos, e que exhibe, na África do Sul, a irracionalidade do "apartheid".

E nem a América e nem a Europa estão imunes ao desvario:

. na América Central, os casos de El Salvador e da Nicaraguá, irradiando efeitos sobre as fronteiras vizinhas e alargando o envolvimento político-econômico dos Estados Unidos;

. na América do Sul, a intermitente luta interna no Perú e na Colômbia, com o Chile pronunciando nova revolução popular;

. enquanto a Irlanda do Norte e a Espanha contabilizam atentados e perdas humanas e materiais, produto da irrefreável ação de guerrilha urbana deflagrada em nome da liberdade de determinação de grupos nacionais.

Não bastasse tanto, a longo braço do terrorismo internacional como que se elegeu uma nova modalidade de ator, na condição *sui-generis* de ator anti-relações internacionais, instaurando o medo e espalhando a inquietação e a insegurança entre as pessoas, em qualquer parte do planeta em que se encontrem.

Não bastasse tudo, tem-se ainda o impulso dado pelos Estados Unidos ao seu programa de armamentos estratégicos, cujo projeto mais ambicioso e sofisticado é o denominado "Guerra nas Estrelas", a título e como meio de soffrear a expansão em armas nucleares da União Soviética.

Esta é, numa síntese, a situação da Segurança Mundial, que melhor se denominaria de Conflito Mundial existente e potencial.

De outro lado, a Economia Planetária.

Segundo o Banco Mundial (99), "com a recuperação do crescimento econômico, a atenção se volta agora para as perspectivas de mantê-la".

Isto significa que o ambiente econômico mundial dos próximos anos será marcado pelas preocupações dos Países Desenvolvidos com medidas de restauração das taxas de crescimento dos anos anteriores ao primeiro choque criado com o aumento dos preços do petróleo (1973), e pelos esforços dos Países em Desenvolvimento (PED) de superar suas dificuldades, que persistirão em dois níveis: no interno, quanto às distorções econômicas determinadas pelos gastos e déficits públicos e seus reflexos no campo social; no externo, quanto aos crônicos problemas de comércio (medidas protecionistas) e quanto à administração da dívida.

Dito de outro modo, na perspectiva próxima os Países Desenvolvidos não cogitarão da experimentação de mudanças nas regras do comércio mundial e muito menos de mudanças no Sistema Econômico Internacional.

O horizonte imediato do planeta é desenhado no Relatório do Banco Mundial sobre os dez anos próximos (100), a partir de duas situações básicas, cujos resultados, como alerta o Relatório, não devem ser encarados como previsões, pois dependerão das políticas adotadas pelos Países Desenvolvidos e pelos Países em Desenvolvimento (PED), e também não consideram a eventualidade de choques exógenos na economia mundial, como por exemplo, "um grave colapso dos suprimentos de energia" (101).

Denominando-as "situação Baixa" e "situação Alta", o estudo indica com a primeira "o que poderia suceder se os países industrializados nada fizessem para melhorar seu desempenho nos últimos 10 anos", caso em que "o crescimento do PIB desses países seria, em média, 2,5% ao ano em 1985-95, quase o mesmo que entre 1973 e 1979" (102). Nesta hipótese os Países Desenvolvidos encontrariam dificuldades no controle da inflação, permanecendo elevados seus déficits orçamentários e as taxas de desemprego, as exportações e a capacidade de pagamento do serviço da dívida dos Países em Desenvolvimento (PED) seriam afetadas em razão das medidas protecionistas, embora, potencialmente, estes Países pudessem melhorar sua penetração nos mercados dos Países Desenvolvidos.

Outro aspecto considerado na situação Baixa, segundo a mesma fonte é o da concorrência pela obtenção de fundos dos governos dos Países Desenvolvidos, que manteria elevada as taxas de juros reais, "desencorajando, assim, os empréstimos e muitos Países em Desenvolvimento (PED)" (103).

Os efeitos dessa hipótese sobre os Países Desenvolvidos, limitaria o crescimento dos Países em Desenvolvimento (PED), significando para alguns destes "pouco ou nenhum crescimento" (104), como se-

(100) Fonte: Banco Mundial - op. cit., p. 36 e seguintes

(101) id., p. 36

(102) id., ibidem

(103) id., p. 37

(104) id., p. 38

ria o caso dos países africanos de menor renda, do Brasil e do México, os quais "cresceriam menos, especialmente em fins da década de 80, enquanto prosseguissem seus programas de ajustamento" (105).

Na situação denominada Alta, pelo Banco Mundial, segundo o estudo citado, abrir-se-ia "às economias dos países industrializados um caminho de expansão duradoura e constante, no qual o PIB cresceria a 4,3% ao ano em 1985-95". A consequência seria o declínio constante do desemprego e uma inflação comportando-se à média de 3,5% ao ano, para o conjunto desses Países. A diminuição gradual dos déficits orçamentários, particularmente nos Estados Unidos, determinaria uma queda da taxa real dos juros para 2,5% ao ano, "gerando taxas nominais de juros de somente 6%", refletindo no aumento dos investimentos e na diminuição do desemprego, com o "desafogo das medidas protecionistas, de sorte que os Países em Desenvolvimento (PED) teriam maior facilidade em expandir suas exportações e aliviar o ônus do serviço da dívida. A confiança dos investidores aumentaria rapidamente e isto, juntamente com maiores programas de assistência, levaria a uma expansão dos fluxos de capital para os Países em Desenvolvimento (PED)" (106). Estes teriam seu Produto Interno Bruto (PIB) crescendo à taxa média de 5,5% ao ano, "quase a mesma dos anos 60", e receberiam "preços reais algo mais elevados para um volume maior de exportações e poderiam obter crédito e taxas de juros mais baixas" (107).

Se para o conjunto dos Países em Desenvolvimento (PED) a perspectiva da hipótese Alta é estimulante, não o é igualmente para todos esses Países, que se agrupam, como é sabido, em diferentes níveis de renda e de população. Acentua o estudo do Banco Mundial, citado, referindo-se aos problemas do ajustamento econômico dos Países em Desenvolvimento (PED) tomadores de grandes empréstimos nos anos 70, que "por mais importantes que sejam, os problemas dos grandes devedores não devem eclipsar as realizações de um outro grupo de países de renda média" que "(...) expandiram tão rapidamente as exportações que seus coeficientes de serviço da dívida jamais subiram tanto quanto alguns da América Latina", para destacar que "o contraste en-

(105) Banco Mundial - op. cit., p. 38

(106) id., ibidem, p. 37

(107) id., ibidem, p. 39

tre o desempenho destes dois grupos de países de renda média", (especificamente, no primeiro caso, os do Leste Asiático), "é resultado do contraste entre suas políticas". Mas, é quanto a um terceiro grupo de Países em Desenvolvimento (PED) que o estudo registra a expectativa de um futuro menos promissor, mesmo sob a hipótese otimista, grupo que é constituído "por muitos dos países mais pobres do Mundo, especialmente os da África subsaariana (...) gravemente afetados pelo lento crescimento do mundo industrializado, que fez cair os preços de muitos dos produtos primários dos quais eles ainda dependem para gerar cerca de 90% de sua receita de exportação" (108).

Para eles, observa o Relatório do Banco Mundial, "o futuro não parece muito melhor que o passado" (109).

Quanto à América Latina, especialmente Brasil e México em que, para o Banco Mundial, "em começos da década de 90 o crescimento se aceleraria" (110) na hipótese da situação "Baixa", a evolução possível na hipótese "Alta" é desenhada em função da melhoria das políticas próprias de cada País, como, de resto, preconiza o estudo quanto aos Países em Desenvolvimento (PED) como um todo, os quais "registrarão um aumento mais rápido do PIB mediante um aumento das taxas de poupança e de investimento, aumento e diversificação das exportações, e uso mais eficaz das importações" (111).

A melhoria das referidas políticas internas envolveria, com vistas ao resultado final da aceleração do crescimento, mudanças nas políticas fiscais e vigilância nos gastos públicos, considerados os fatores de maior peso no aumento da inflação dos países latino-americanos (112). A América Latina, a partir de 1982, sofreu drástica redução do comércio intra-regional, como informa o Relatório 1984 do Banco Mundial, destacando que treze Países da Região já recorreram ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e estão às voltas com programas de ajustamento externo, interno e negociações para o reescalamento de compromissos vencidos. Os que são exportadores de petróleo tiveram que reduzir suas importações em decorrência de diminuição em suas vendas externas, reproduzindo fato idêntico ocorrido em outras partes do Mundo.

(108) Banco Mundial - op. cit., p. 198/199

(109) id., ibidem, p. 199/200

(110) id., ibidem, p. 38

(111) id., ibidem, p. 44

(112) id., ibidem, p. 30

A prévia visão da possibilidade de uma corrente mais equilibrada de compra e venda com mercados, como os asiáticos, por exemplo, onde particularmente o Brasil ainda não concretizou sua potencialidade comercial, passa a ser condição necessária para despertar o interesse em uma dinamização das exportações, que não estaria imune à preocupação de não incorrer em déficits comerciais. A estratégia recomendada, no caso, implicaria atrelar maiores exportações a compromissos de maiores importações, com o recurso a fórmulas novas e criativas, como os mecanismos de *countertrade*, isto é, comércio com reciprocidade. Conquanto não seja considerada a forma mais rápida e eficiente de comercializar, em muitos casos é a única, pois ou se recorre a ela ou não há comércio, como acentuam os especialistas do Itamaratí (113).

Para uma Região em que o ano de 1983 "foi o terceiro ano consecutivo de estagnação" e cuja produção per capita "encontra-se ao nível em que estava em 1976", o caminho recomendado pelo Banco Mundial é o de mudar de um ajustamento "no qual as importações e a produção são cortadas para um ajuste voltado para o crescimento e para a expansão das exportações, pois somente este é compatível com o aumento de investimentos, produção e emprego, e necessário em face do aumento populacional continuamente rápido (2,2%) e o crescimento ainda mais rápido do contingente de mão-de-obra (3%)" (114).

A perspectiva dos anos próximos leva em conta, ainda, no que concerne aos Países em Desenvolvimento (PED), a questão do aumento populacional. Conforme o documento do Banco Mundial, referido, "variáveis demográficas vêm tendendo a aumentar as disparidades econômicas entre Países Desenvolvidos e em Desenvolvimento. Daqui para o ano 2.000, por exemplo, o número de pessoas de 20 a 40 anos aumentará (...) cerca de 10 vezes mais depressa que nos Países Desenvolvidos. (...) Nos Países em Desenvolvimento o aumento será de 600 milhões, uma vez e meia o aumento verificado em 1960-80" (115).

(113) THOMPSON FLORES NETO, Francisco - Embaixador, Sub-Secretário-Geral de Assuntos Econômicos e Comerciais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil - in Conferência sobre Comércio Exterior e Alternativas Brasileiras - 24.09.1985 - Revista Segurança e Desenvolvimento, nº 203, out/1985 - Rio - p. 32

(114) Banco Mundial - op. cit., p. 31

(115) id., ibidem, p. 108/109

Esta questão é tanto mais importante quando se sabe que nos Países em Desenvolvimento (PED) as cidades, segundo, também, o mesmo estudo do Banco Mundial, vêm crescendo a quase o dobro da taxa das populações totais, destacando-se a América Latina, que é a mais urbanizada das regiões em desenvolvimento. Conquanto o crescimento urbano permita economias de escala, beneficiando as indústrias pela concentração de fornecedores e consumidores e pela redução dos custos de transportes, energia e de comunicações, além da disponibilidade de mercados de trabalho amplos e diversificados que ajudam a acelerar o ritmo da inovação tecnológica, nas áreas urbanas, porém, o desemprego tende a ser mais elevado que nas áreas rurais.

O fato do aumento populacional indica que também este aspecto deve ser considerado no conjunto das políticas dos PED, particularmente os da América Latina e da África, visando ao objetivo da aceleração do crescimento. Contudo, como alerta o Banco Mundial, "*os efeitos (do Desenvolvimento) sobre o aumento da população podem variar consideravelmente, dependendo do ambiente institucional, econômico, cultural e demográfico. O próprio aumento populacional lento exige ajustes a fim de que o país possa suportar o ônus crescente de pessoas idosas dependentes*" (116).

Não obstante a complexidade dessa questão, há concordância sobre um ponto: o de que o aumento populacional acelerado prevalecente na maioria dos PED retarda-lhes o Desenvolvimento, entre outras razões porque "*torna mais difícil atacar o problema da pobreza*" e porque "*prejudica o desempenho macroeconômico por tornar mais difícil financiar os investimentos na educação e na infra-estrutura que asseguram o crescimento econômico prolongado*", embora um aumento populacional menos rápido não signifique "*uma panacéia imediata para os Países em Desenvolvimento (PED)*", pois "*a queda da fecundidade (...) só reduz o aumento do contingente da mão-de-obra depois de 15 a 20 anos*" (117).

O estudo do Banco Mundial preconiza, então, para os PED, "*políticas que visem reduzir o aumento populacional*", pois estas podem "*fazer uma grande contribuição ao desenvolvimento (especialmente a*

(116) Banco Mundial - op. cit., p. 113

(117) id., ibidem

a longo prazo)", mas alerta que "seus benefícios serão grandemente reduzidos se não forem apoiadas pelas políticas macroeconômicas e setoriais corretas", do mesmo modo como "a ausência de medidas que ataquem o problema populacional reduzirá o conjunto de políticas macroeconômicas e setoriais possíveis, excluindo permanentemente certas opções de desenvolvimento a longo prazo" (118).

É essa a evolução previsível para os próximos dez anos da Economia Mundial, sob a ótica do Banco Mundial sobre duas situações adotadas como exercício, cuja diferença, sublinha o documento (119) , "gira em torno do desempenho dos países industrializados" (grifo da Autora).

Vale dizer, trata-se de uma perspectiva projetada a partir das condições vigentes da Ordem Internacional, alheia a qualquer hipótese de mudança na estrutura do Sistema Econômico planetário.

Nessas condições o caminho para a oportunidade dos Países em Desenvolvimento (PED) e, com estes, do Brasil, no horizonte próximo, perdurará obstruído pelos obstáculos que a Ordem Internacional Vigente (OIV) opõe - repita-se, para enfatizar - ao exercício da cooperação internacional no sentido da redução das disparidades entre os Países Desenvolvidos e os Países em Desenvolvimento (PED).

A tarefa de abrir esse caminho será inútil, se a ela qualquer País se dispuser isoladamente. Assim como a cooperação internacional supõe a criação de uma consciência universal sobre a sua necessidade, também há que haver o convencimento entre os Atores das relações internacionais de que sem um primeiro passo, sem uma primeira ação, concreta e eficaz, o discurso pela concórdia continuará a ser meramente retórico.

Impõe-se, pois, identificar a mudança possível no Sistema Econômico Mundial que venha a ser a abertura para a criação não só das oportunidades que as Nações almejam, mas que represente o início do percurso rumo à Nova Ordem Internacional.

(118) Banco Mundial - op. cit., p. 113/114

(119) id., ibidem

CAPÍTULO VI

A OPORTUNIDADE CATARINENSE

6. A OPORTUNIDADE CATARINENSE

Os fatos que circunscrevem a oportunidade catarinense em face do Mercado Mundial são de duas ordens:

- . primeiro, relativo à constituição da força de trabalho, fortemente vinculada às origens européias de parte da população estadual, constituindo fator facilitador dos negócios externos;
- . segundo, relativo à conjugação favorável dos fatores materiais de produção, de par com as peculiaridades da estrutura da economia e da organização da rede urbana de Santa Catarina, propiciadores do desenvolvimento equilibrado do Estado.

O segundo fato se descreve com os seguintes indicadores da dimensão quantitativa e qualitativa catarinenses (120):

- . 1,13% do território nacional (95.985 km²).
- . 3,14% da população brasileira (3.869.646 habitantes).
- . População Economicamente Ativa (PEA): 1.717.499.
- . 4,0% do PIB nacional.
- . PIB per capita equivalente a US\$ 2.038,00.
- . 216.159 estabelecimentos agrícolas, operando 7.473.778 hectares.
- . Detentor das seguintes posições em relação à produção nacional (121):

(120) Dados de 1983 - Fonte: Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral do Estado de Santa Catarina - GAPLAN, SC - Números de Santa Catarina 1985 - IOESC, Florianópolis, 1985 - p. 23, 37, 54, 207, 134-141

(121) Dados de 1984 - Fonte: GAPLAN, SC - Santa Catarina no Contexto Nacional, 1985 - Florianópolis, 1985 - (mimeo.)

- na Agricultura:
 - . maçã: 1a, com 56,97%;
 - . alho: 2a, com 16,61%;
 - . cebola: 3a, com 17,45%;
 - . uva: 3a, com 9,53%;
 - . feijão: 4a, com 12,23%.

- na Avicultura:
 - . 19 produtor de aves.

- na Suinocultura:
 - . 39 rebanho suino.

- na Pesca:
 - . peixe congelado: 1a, com 37,55%;
 - . peixe fresco: 1a, com 28,02%;
 - . camarão fresco: 2a, com 25,63%;
 - . camarão congelado: 3a, com 20,58%.

- . 36.621 estabelecimentos industriais (indústria extrativa e de transformação), ocupando 343.398 pessoas e respondendo por um faturamento da ordem de Cr\$ 5.475 bilhões.

- . Sexto parque industrial brasileiro em 1984 (122).

- . 21.958 estabelecimentos comerciais, ocupando 85.149 pessoas, com um faturamento ao redor de Cr\$ 2.230 bilhões (123).

- . 57,0% das reservas nacionais de carvão mineral e 60,9% da produção brasileira do minério, equivalente a 84,7% da produção mineral total do Estado (124).

(122) Fonte: GAPLAN, SC - op. cit.

(123) Dados de 1983 - Fonte: GAPLAN, SC - Números de Santa Catarina 1985 - IOESC, Florianópolis, SC - 1985 - p. 167

(124) Dados de 1984 - Fonte: GAPLAN, SC - Análise Conjuntural de Santa Catarina, 1985 - Florianópolis - p. 33 (no prelo)

- . Acréscimo de 11,93%, no primeiro semestre de 1985, sobre o consumo industrial de Energia Elétrica registrado em igual período de 1984, contra 14,6% ocorridos na Região Sul e 16,7% no País (125).
- . Aumento, no primeiro semestre de 1985 sobre igual período de 1984, de 33.728 postos no mercado de trabalho, 15.230 na indústria de transformação, observando-se que:
 - o Estado detém 20,79% dos empregos existentes na Região Sul e 3,74% dos computados no Brasil;
 - estoque de mão-de-obra estadual cresceu 10,74% no período citado (126).
- . Expansão da participação do setor secundário e do terciário na formação do Produto Interno Bruto (PIB), com a perda de representatividade relativa do setor primário, exprimindo a mudança do perfil da economia de subsistência para a acumulação, como revela a tabela:

SC - Formação do PIB 1960 - 1984

SETOR	1960	1984
Primário	42,2	17,2
Secundário	26,8	33,7
Terciário	31,0	49,1
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: 1960 - Secretaria do Desenvolvimento Econômico, SC - in Síntese Econômica de Santa Catarina - Florianópolis, 1973

1984 - Dados preliminares sujeitos a revisão - Fonte: Secretaria da Indústria e do Comércio, SC (s.n.v.).

(125) id., ibidem, p. 39

(126) id., ibidem, p. 60

A listagem dos indicadores estaduais é prosseguida para mencionar os seguintes, todos referidos ao ano de 1983 (quando não ressaltados), segundo o documento "Números de Santa Catarina 1985" editado pelo GLAPAN, SC, citado:

- . 199 Municípios, agrupados em 19 Associações Microrregionais.
- . Rede urbana caracterizada por cidades de pequeno e médio porte, interligada por:
 - Sistema de telecomunicações, constituído de:
 - . 167.708 terminais telefônicos instalados até julho/1985,
 - . 9 emissoras de televisão,
 - . 94 emissoras de ráiodifusão.
 - 54 jornais.
 - Sistema rodoviário, servido por:
 - . 4.016 quilômetros pavimentados, sendo:
 - 1.876 de rodovias federais,
 - 1.564 de rodovias estaduais e 866 sob jurisdição municipal, e ainda
 - . 82.408 quilômetros de estradas não pavimentadas,
 - 112 federais,
 - 2.559 estaduais e 79.737 municipais.
- . 3 terminais portuários marítimos em operação: São Francisco do Sul, Itajaí e Imbituba.
- . Sistemas de abastecimento de água instalados em todas as sedes municipais, servindo 1.541.853 pessoas.
- . Energia elétrica disponível: 4.317.197 Mwh.

- . 840.258 consumidores de eletrecidade.
- . Disponibilidade de 17.047 leitos hospitalares (índice de 223 habitantes/leito) em 1982.
- . Sistema de ensino operado por 9.352 estabelecimentos sendo:
 - 1.504 no pré-escolar,
 - 7.455 no 1º grau,
 - 351 no 2º grau e
 - 42 no superior.
- . Índice de alfabetização, no ano de 1983, de 83,80% (127).
- . Domínio tecnológico presente nos setores industriais mais expressivos, mas exigindo um amplo caminho a percorrer. A criação do Centro Regional de Tecnologia e Informática de Santa Catarina (CERTI/SC), em 1984, junto à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com o apoio de Empresas privadas de porte nacional e estadual e da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), bem como da Secretaria Especial de Informática (SEI), representa um auspicioso início do desenvolvimento do setor no âmbito estadual.

Ainda na listagem dos indicadores, um destaque para as exportações:

- . Em 1974 o Estado exportava o equivalente a US\$ 163,1 milhões, elevando-os para US\$ 855,0 milhões em 1980, e para US\$ 1.141,7 milhões em 1984, valor este correspondente a 4,3% do setor no País (128).
- . Os principais produtos catarinenses exportados em 1984 acusavam as seguintes quantidades, em toneladas (129):

Farelo de soja	758.776,4
Óleo de soja em bruto	175.540,7
Óleo de soja refinado	15.771,2

(127) Fonte: Ministério da Educação - Retrato Brasil 1970-1990 - Cit. in Santa Catarina no Contexto Nacional - GAPLAN, SC - Florianópolis, 1985 (mimeo.)

(128) Fonte: Secretaria da Indústria e do Comércio, SC - Dados sobre as Exportações Catarinense, 1985 (mimeo.) - Cf. Notas (6) e (7)

(129) Fonte: Centro de Comércio Exterior de Santa Catarina (CECESC) - (s.n.t.)

Carne de frango e derivados	141.507,2
Têxteis	18.822,0
Açúcar refinado	354.728,8
Sementes e frutos de soja	207.000,0
Fumo	30.121,3
Motocompressores	11.217,4
Papel Kraft	81.362,1
Madeira serrada	38.241,1
Calçados	2.837,9
Couro curtido	1.198,5
Peixes e camarões	9.402,5

. Nos seguintes produtos, a posição catarinense em relação ao País era, em 1983 (130):

- carne de aves: 1ª lugar
- toalhas de banho e rosto: 1ª lugar
- açúcar refinado: 2ª lugar
- fumo em folha: 2ª lugar
- óleo de soja, em bruto e refinado: 3ª lugar
- calçados de couro: 3ª lugar

. As 10 maiores empresas exportadoras catarinenses de 1984 contabilizaram, de janeiro a outubro, as seguintes divisas (131):

<u>Empresa</u>	<u>US\$ FOB</u>
CEVAL AGROINDUSTRIAL	297.431.698
PERDIGÃO ALIMENTOS S.A.	58.489.513
TABACOS BRASILEIROS S.A.	43.820.603
CEVAL EXPORT	41.963.460
INTEX S.A. - COMÉRCIO INTERNACIONAL	33.561.646
SADIA CONCÓRDIA S.A.	31.589.239
EMPRESA BRASILEIRA DE COMPRESSORES S.A. (EMBRACO)	27.376.640

(130) Fonte: GAPLAN, SC - Santa Catarina no Contexto Nacional 1985 - Florianópolis, 1985 (mimeo.)

(131) Fonte: Centro de Comércio Exterior de Santa Catarina - CECESC (s.n.t.)

SADIA JOAÇABA S.A.	27.213.012
FUNDIÇÃO TUPY S.A.	23.541.866
TEKA - TECELAGEM KUENRICH S.A.	23.356.115

- . Das 100 maiores Empresas privadas nacionais de 1984, em receita operacional líquida, 4 são catarinenses: Ceval (11a.), Perdigão Alimentos (29a.), Sadia Concórdia (51a.) e Consul (69a.), todas exportadoras (132).
- . Os principais mercados importadores de Santa Catarina compreendem os seguintes países, para os quais foram exportadas as quantidades abaixo, em 1983, em toneladas (133):

Alemanha Ocidental	85.240
Alemanha Oriental	75.438
Arábia Saudita	69.793
Argélia	65.637
Egito	66.990
Estados Unidos	52.412
França	284.829
Índia	107.350
Iraque	39.107
Itália	32.836
Países Baixos	300.911
Reino Unido	34.711
União Soviética	279.335
Outros Países	473.652

O montante de 1983 somou 1.968.241 toneladas, contra 1.469.359 toneladas de 1981. Em relação ao volume exportado pelo País em 1983 (118.790.387 toneladas), a participação catariense foi de apenas 1,66%.

(132) Fonte: Balanço 1985 - Ed. Gazeta Mercantil, S.P. julho/1985 - p. 86/87

(133) Fonte: GAPLAN, SC - Números de Santa Catarina 1985, cit., p. 174

O volume dos produtos catarinenses exportados no primeiro semestre de 1985, em relação a igual período de 1984, registrou um crescimento de 31,73%, mas o valor dessa exportação caiu para menos 13,51%, fato atribuído principalmente à conjuntura desfavorável dos preços no mercado internacional (134).

No referido período e sob a mesma relação, segundo a fonte citada, foi o seguinte o incremento na quantidade das exportações dos produtos abaixo selecionados:

Farelo de soja	450,55%
Azulejos e pisos	50,52%
Peças e acessórios p/veículos	45,47%
Açúcar refinado	2,78%
Calçados	17,96%
Móveis	50,78%

Os fatos acima referidos confirmam que o comércio internacional oferece oportunidades crescentes ao Estado de Santa Catarina, a despeito das dificuldades conjunturais, servindo estas, por sua vez, para confirmar a necessidade de uma política estadual de exportações capaz de identificar e exponenciar novas oportunidades superadoras de eventuais desvantagens mercadológicas. Visto no seu conjunto, porém, o quadro retratado pela amostra do desempenho das exportações catarinenses no primeiro semestre de 1985 revela ainda dois outros aspectos implícitos nos resultados apurados: primeiro, o de que o esforço estadual nas exportações exige maior diversificação e aumento progressivo da produção, como base para uma política eficaz de expansão e fortalecimento do setor; segundo, o de que as práticas internacionais de comércio não que ser objeto de revisão e ajustamento favorecedores dos interesses dos parceiros de menor escala, como forma de evitar a deterioração das suas trocas, de que é exemplo o fato acima registrado: Santa Catarina exportou 31,73% a mais dos mesmos produtos no primeiro semestre de 1985 em relação ao primeiro semestre de 1984, por um valor 13,51% inferior ao obtido pelas vendas do período anterior.

(134) Fonte: GAPLAN, SC - Análise Conjuntural de Santa Catarina - 1985 - Florianópolis, p. 49 (no prelo)

O Projeto "*O Estado de Santa Catarina como Plataforma de Exportação*" é suscetível de configurar o veículo promotor de uma nova fase de expansão da economia catarinense, reproduzindo, em outra época e sob novas condições, a oportunidade que se abriu ao Estado - e que este soube utilizar - no quadro de outra crise: a do pós-Guerra 1914-1918, quando Santa Catarina deu impulso ao seu incipiente processo de industrialização, capacitando-se a produzir excedentes para o mercado nacional (135).

É dito na Exposição ao Projeto que "*a abertura da economia brasileira para o Mundo é a tarefa mais imediata da sociedade nacional*" e que "*a retomada do comércio internacional e a expansão das economias é a única saída para a crise mundial*" (136).

Mas é óbvio que não convém ao Brasil manter-se na contingência de aumentar suas exportações para atender ao pagamento da sua dívida externa, cujo serviço exige, como se viu (137), significativa parcela do valor dessas vendas. Do mesmo modo não convém a Santa Catarina continuar expandindo o volume das suas transações no exterior para receber menos pelo que vendeu a mais.

Sendo a crise mundial, não deverá ser apenas dentro do País que deverão ser alocados os fatores e adotadas as medidas que permitam seja ela internamente superada. E não se concebe que a inteligência humana vença uma crise de tal porte para recolocar as coisas na mesma ordem em que se encontravam, se foi dessa ordem de circunstâncias que ela, a crise, emergiu.

Sobre ela se coloca, pois, a tarefa de abrir outros e novos caminhos que desenhem, por uma medida possível, não só o início da jornada em direção a uma Nova Ordem Internacional, mas, simultaneamente, viabilizem a oportunidade brasileira - e por extensão catarinense - de que se cogita.

(135) REIS, Marcos Konder - Santa Catarina - Ed. Bloch Educação, Rio, 1976, p. 75

(136) ABREU, Alcides - Exposição sobre o Projeto "*O Estado de Santa Catarina como Plataforma de Exportação*" - UFSC-CPGD, Florianópolis, 1982, p. 12 (mimeo.)

(137) Cf. Nota (37)

CAPÍTULO VII

A MUDANÇA POSSÍVEL

6. A MUDANÇA POSSÍVEL

As circunstâncias da atualidade denotam que há uma forte tendência para que um efetivo processo de transformação no Sistema Internacional entre em curso. Os impulsos que desenham essa tendência são conhecidos e promanam dos integrantes do Sistema não satisfeitos com a ordem das coisas. Embora os que conduziram o Sistema à feição atual, porque lhes serve, não aceitem mudá-lo radicalmente, percebem, porém, que algo há que ser feito e sentem que não há condições de longo prazo para insistirem na sua manutenção.

Não é demais insistir que uma Nova Ordem Internacional há de ser aquela em que as circunstâncias sejam, por definição, opostas à atual. Idealmente, seria a que ponha o Homem como centro e beneficiário das oportunidades do Mundo. O problema, portanto, não está em descobrir o que é bom para a humanidade, mas em como fazer para construir a Ordem Internacional desejável.

O desejável, porém, não é, em regra, sempre factível, notadamente no plano das cogitações da política internacional. Neste, o nível da viabilidade repousa no possível. Como observa CAUBET, o relacionamento entre os membros da sociedade internacional deve ser examinado "*num plano relativo ... onde raramente há lugar para os interesses da 'humanidade' ou dos 'povos', pois a preocupação maior dos Estados diz respeito a seus interesses quantificáveis e particularizados*" (138). Referindo-se ao problema das possibilidades de êxito dos Países terceiro-mundistas, o mesmo Autor condiciona-as a um fator, a conscientização desses mesmos Países, e a duas atitudes - oposição e ação próprias - para assinalar que,

"(...) quanto à ação, ela deve repousar em posições mantidas de maneira intransigente, até que os países desenvolvidos adotem atitudes realmente (e não apenas formalmente) voltadas para a cooperação" (139).

(138) CAUBET, Christian G. - Fundamentos Político-Econômicos da Apropriação dos Fundos Marinhos - Impr. Univ., Florianópolis, 1979, p. 183

(139) idem, ibidem, p. 183/184

A bandeira a desfraldar não há de ser a da composição e fortalecimento de uma frente ou bloco de Países, nem ainda a da proposição de uma nova política entre as Nações mediante a qual os Países Desenvolvidos concordem em "dividir" superávits para rateá-los ao Terceiro Mundo. O de que se trata é estabelecer princípios de cooperação interestatal que tornem realizável a redução do hiato entre ricos e pobres, no interesse da coexistência pacífica e da prosperidade mundial.

Quanto a isso, o Banco Mundial (140) entende que

"uma iniciativa de liberalização do comércio que visas se principalmente as novas e crescentes formas de protecionismo - várias barreiras não-tarifárias, especialmente aquelas que afetam os Países em Desenvolvimento - faria importante contribuição no sentido de restaurar o ímpeto da economia mundial."

Mas os esforços nesse sentido não podem, a breve prazo, ter êxito, se restritos às iniciativas dos Países em Desenvolvimento (PED), dada a capacidade de resistência às mudanças de parte dos Países Desenvolvidos, do que é exemplo a Trilateral. A eficácia de quaisquer medidas exige a contrapartida destes Países, manifestada por uma disposição firme de promover ações concretas. Sem isto, o modo de fazê-los ceder e agir seria criar-lhes fatos políticos. Enquanto os Países Desenvolvidos não se disponham a efetivamente participar de uma ação concreta para a revisão da Ordem Internacional Vigente (OIV), o agravamento crescente das tensões acumuladas nas regiões mais pobres do planeta ameaçaria a estabilidade mundial. Estará, então e inelutavelmente, criado o fato político, só que de dimensões e intensidade catastróficas, que a ninguém aproveitaria.

Importa, portanto, identificar novas formas de conduzir as relações internacionais, fundadas na cooperação efetiva, na promoção da paz e na realização do Desenvolvimento.

(140) Banco Mundial, op. cit., p. 51

O raciocínio que estimula a busca de uma Nova Ordem Internacional estriba-se no entendimento (141) de que

"... a necessidade do desenvolvimento se constitui numa espécie de limite, além do qual as normas políticas perderiam sua legitimidade ética",

o que faz necessário, então,

"rejeitar determinadas regras e firmar novos conceitos".

Às regras dos que podem mais, há que opor os conceitos dos que não podem tanto mas anseiam, legitimamente, por mudanças.

Não parece lógico esperar que a revisão da Ordem Econômica Internacional seja iniciada pelas potências que a comandam, moldada que está à sua feição. Já foi visto que nada justifica uma expectativa de curto prazo nessa direção. Restaria, assim, aos Países em Desenvolvimento (PED) insatisfeitos com as tendências do quadro atual, transformar suas reivindicações em mecanismos de pressão e fazerem valer seu peso relativo no funcionamento do Sistema Internacional ? Isto seria promissor?

Os Países produtores de petróleo deram mostra do quanto vale o controle de um produto estratégico, vital ao funcionamento da economia mundial. Entretanto, sua estratégia não beneficiou o Terceiro Mundo, nem alterou o quadro do poder mundial.

Que hipóteses, então, se apresentam para a mudança da O.I.V.?

Em "*O Caminho do Homem*" (142), Alcides Abreu comenta os quatro tipos de mudança programada selecionados por Daniel L. Stufflebeam (143) e deles fornece a classificação e conceito, a saber:

(141) CAUBET, Christian G. - op. cit., p. 184

(142) ABREU, Alcides - *O Caminho do Homem* - Imprensa Universitária, Florianópolis, 1983 - Segundo Caderno, p. 14.23 a 14.26

(143) STUFFLEBEAM, Daniel L. - *Programmatic Change - in Programmatic Research and Development in Education: positions problems propositions* - Columbus, Ohio - The Ohio State University, 1972

"Metamórfica, a mudança que exprime uma atividade utópica com a intenção de produzir mudanças completas em um sistema social. Elas se fundamentariam no conhecimento completo do modo como efetuar as mudanças desejadas. Este conhecimento completo é impossível de ser obtido: a reação das pessoas e do mundo não obedece a esquemas rígidos e fatais. A mudança metamórfica não se convalida com a idéia do homem racional que deseja resultados certos sem custos individuais da liberdade legítima, por exemplo, e sem custos sociais irrecuperáveis."

"Homeostática, mudança que denota uma atividade puramente restauradora dirigida para a manutenção do equilíbrio normal num sistema social. Orientam-na padrões técnicos e um sistema rotineiro e cíclico de informações. Dos quatro tipos considerados de mudança este é o mais comum nas sociedades. É escassa ou nulamente transformador."

"Incrementalista, que se exprime por atividade de Desenvolvimento entendido como processo de converter conhecimento existente em programas operacionais. Seu propósito é o aperfeiçoamento contínuo de um programa. A atividade se fundamenta em conselho de especialistas e em investigações específicas sobre a eficácia do programa em execução e das mudanças recomendadas. A mudança de tipo incremental se distingue da homeostática pelo fato de que nesta a intervenção se faz para corrigir o programa e fazê-lo voltar ao equilíbrio normal, enquanto que naquela o intento da intervenção é conduzir o programa a um novo equilíbrio, fundamentado em aperfeiçoamentos pequenos e seriados. A mudança incremental é muito comum."

"Neomobilística, mudança ou movimento na direção de algo novo, que se caracteriza por atividade inovadora de invenção, testagem e difusão de soluções novas para problemas significativos. Este tipo de mudança se baseia em teoria disponível ou em conhecimento existente. Apesar disso, a mudança é frequentemente ampla, quer seja por grandes oportunidades como as que são geradas pela explosão do conhecimento, quer seja por condições críticas presentes à ocasião da sua implementação. Frequentemente os esforços para a mudança neomobilística são exploratórios e heurísticos no começo, tornando-se mais vigorosos à medida em que a mudança progride."

No plano das cogitações de mudança da O.I.V., essas hipóteses podem ser assim interpretadas:

- . *Metamórfica*: a mudança da Ordem Internacional seria deliberadamente induzida. Como tal, implica a idéia de planejamento estratégico de longo prazo, sustentado na visão global e utópica do Mundo e na capacidade de percepção das lideranças mundiais de que esse é o caminho que deve ser transitado. Seu processo supõe gigantescos esforços de definição de novos conceitos e da adoção de medidas consensuais. Embora defendam-na os intelectuais do Clube de Roma, trata-se de uma hipótese apenas teoricamente viabilizável.
- . *Homeostática*: nesta, as relações internacionais se desenvolveriam pelo livre funcionamento do Sistema Internacional, cujos mecanismos operam funções tendentes à manutenção de um determinado equilíbrio das interações político-econômicas. Trata-se de uma visão dir-se-ia funcionalista do Sistema Internacional vigente, onde se supõe um certo grau de imutabilidade nas relações de força dos agentes operadores do Sistema e que, assim, repele mudanças estruturais, conquanto aceite alterações nos resultados, ou seja, mudanças em razão da expansão da Economia. Sob esta forma, o Desenvolvimento se apresenta como um processo de acumulação, permanecendo intocado o modelo de relações entre os Estados.

Vale dizer, a Ordem Internacional é mantida como está e exatamente por isto é uma hipótese que não serve, por refletir o estado atual da Ordem Internacional. A despeito disto, a hipótese homeostática parece representar a posição do Fundo Monetário Internacional (FMI) e a do Banco Mundial (144).

- . *Incrementalista*: a esta se alinham os que vêem o processo de Desenvolvimento como fator de superação das diferenças entre os Estados, na medida da influência, particularmente, da tecnologia nas atividades econômicas e na evolução cultural dos povos. Sob esta ótica a hipótese incrementalista está atrelada a uma visão de resultados de longo prazo e sem um horizonte de tempo pré-determinado, mas em cujo limiar se desenharia uma nova prática nas relações internacionais, tocada de fraternidade como fruto da solidariedade e da cooperação entre as Nações. A esta corrente se associa, por exemplo, DUVERGER (145). A hipótese peca pela enormidade da imprevisão da mudança. Os povos do Terceiro Mundo estão inquietos e não desejam esperar o tempo em que a virtude tome o lugar da ambição.
- . *Neomobilística*: supõe a possibilidade do Sistema Internacional mudar de estado mediante um processo de incessantes transformações. Implica, assim, ações concretizadas através de decisões e resultados, mediante, por conseguinte, políticas globais e políticas específicas determinadoras das estratégias que respondam, nos seus efeitos, pelas mudanças desejadas. A informação e a análise das informações sobre o comportamento das relações político-econômicas mundiais conformam o instrumental básico de tomada das decisões, do que sobressai como fator essencial a utilização de recursos humanos capacitados a atuar em todos os níveis e momentos do processo.

Uma quinta hipótese de mudança da Ordem Internacional Vigente (O.I.V.) apresenta-se sob a concepção *revolucionária*, entendida

(144) Cf. Banco Muncial, op.cit., especialmente a referência in Nota (119)

(145) DUVERGER, Maurice - op. cit., p. 197 a 207

como a que simplesmente significaria a *ruptura* da O.I.V., de modo a que pudesse surgir uma Nova Ordem Internacional. Resultaria, assim, de uma ação deliberada, decisiva e irretratável.

Qual seria a forma de produzi-la? Pela revogação, brusca e si multânea por parte de todos os Países em Desenvolvimento (PED) dos compromissos comerciais, financeiros e políticos assumidos com os Países Desenvolvidos? Ou pela rejeição, também simultânea e pelos mes mos Países, das regras que regem o Sistema Financeiro Internacional, o que seria um modo de atingir parcialmente mas de forma contundente a O.I.V.?

Ousar a tentativa do exercício de armar a hipótese revolucionária não parece ser tarefa impossível. Mas é assustador imaginá-la nos seus efeitos, caóticos na primeira visão dos seus resultados, com plexos quanto ao que se lhe seguiria. Que forças assumiriam o rearranjo de um Mundo em desordem?

Não será pela confrontação, mas pela cooperação coerentemente estruturada, que se abrirão caminhos para a Nova Ordem Internacional.

Neste sentido, qual a mudança possível?

Será aquela que resulte em ganhos para todos e que deverá ser produzida a partir da evidência de que

"... o mais importante problema econômico do século é o crescente hiato de renda entre as nações industriais adiantadas e o Terceiro Mundo" (146).

Para um problema econômico a solução a ser dada será necessariamente econômica, mas pela via do entendimento político, pois, como salienta HEILBRONER,

"a solução das crises a nós impostas pelo ambiente social e natural" (em decorrência dos problemas e econômicos) "somente pode ser encontrada através da ação política" (147).

(146) BELL, Wendell - O Futuro como Variável Ausente - in Aprendendo para o Futuro (colet.) - Ed. Artenova, Rio, 1977, p. 116

(147) HEILBRONER, Robert L. - A Perspectiva do Homem - Rev. Expansão, SP., 1974, p. 89

Não se trata de mudar radicalmente o Sistema Econômico mundial, que isto não é tarefa simples nem de curto prazo. Já se viu que não se pode esperar renúncia voluntária ao poder.

A possibilidade que se vê é a da introdução de alguma mudança no funcionamento das engrenagens desse Sistema, algo como um rearranjo nos dispositivos de intercomunicação dos interesses que o operam, através do qual o próprio Sistema passe a gerar uma parcela nova de resultado que, não tendo titular específico, seja posto à disposição de um programa de interesse comum a todos os que sejam agentes da economia planetária.

A idéia da mudança possível e da criação de um mecanismo que a torne factível, tem uma condicionante inafastável, sobre a qual Karl Deutsch dá o teor e a explicação:

"A política externa de cada país diz respeito, 'em primeiro lugar', à preservação de sua independência e segurança e, em segundo lugar, à promoção e proteção de seus interesses econômicos (particularmente aqueles de seus grupos mais influentes). Profundamente envolvidos com estes interesses - pelo menos no caso das grandes potências - estão o propósito de resistir a toda penetração e manipulação por países e ideologias estrangeiros, e um esforço impudente de conseguir certa penetração e manipulação nos demais países" (148).

Essa condicionante, que confirma a afirmação de que País algum cede voluntariamente o poder que detém, admite o raciocínio, por oposição, segundo o qual, na política como na economia, os entendimentos são possíveis se há compensações para os lados em conflito. Vale dizer: a mudança que se imagina será possível se houver ganhos não só para quem a quer (porque dela precisa), mas também para quem, dela a rigor não necessitando, por ela obtenha um resultado a mais que de outro modo não conseguiria.

(148) DEUTSCH, Karl - op. cit., p. 117

Ou seja: uma inovação nas relações econômicas internacionais somente prosperará se preservar a independência e a soberania de cada País e se efetivamente produzir vantagens tais que, correspondendo aos interesses econômicos de cada um, puder neutralizar intromissões ideológicas e intenções de domínio de um País sobre outros. O que se preconiza, em suma, é uma medida amplamente aceitável, cuja limpidez de propósitos, facilidade de aplicação e perspectiva de resultados práticos não admitam, em momento algum, que sobre ela se oponham dúvidas.

É de preferir-se a hipótese de uma mudança em que se vislumbre o plano do possível, no sentido de que seja aceitável e não traumática e que se situe como que na área comum compreendida pela convergência dos fatores de identidade entre as hipóteses *incrementalista* e *neomobilística* (transformações político-econômicas globalmente orientadas sob a influência das informações, fundadas na cooperação internacional), à qual se denominaria *hipótese gradualista de mudança da Ordem Internacional Vigente (OIV)*.

E é no âmbito do Comércio Internacional que se vê a factibilidade da mudança, pois que "um sistema comercial aberto é também uma maneira de realizar o potencial para maior integração entre Países Desenvolvidos e em Desenvolvimento" (150), a partir mesmo da realidade da crise particularizada no fato da dívida externa e, bem assim, dos interesses próprios dos Países Desenvolvidos, já que, como refere o Banco Mundial (151),

"um comércio mais livre é vital também para a solução da crise da dívida. Para que os países em Desenvolvimento paguem o serviço de suas dívidas a um custo que não lhes seja excessivo, terão que expandir suas exportações e não apenas reduzir as importações. Qualquer agravamento das perspectivas mundiais em termos de maior protecionismo e novos aumentos da taxa de juros do dólar minaria a capacidade - e talvez mesmo a disposição - dos devedores de pagarem o serviço de suas dívidas".

(150) Banco Mundial - op. cit., p. 42

(151) id., p. 51

A *mudança possível* de que se cogita haveria, assim, de coadunar-se com os pontos fundamentais em que se baseia a Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 12 de dezembro de 1974, que, entre outros, vale repetir, enuncia os seguintes princípios:

- . Integridade territorial soberana e independência política dos Estados.
- . Benefício mútuo e eqüitativo.
- . Respeito pelos direitos e pelas liberdades fundamentais humanas.
- . Promoção da justiça social internacional.
- . Cooperação internacional para o desenvolvimento.

A *mudança* na operação do Sistema Econômico mundial *compatível* com esses princípios é imaginada sob a forma da *criação de um tributo de alcance internacional*, cuja natureza, operacionalidade e utilização vão indicadas no exercício a seguir ordenado.

Em abono do seu conteúdo proposicional é trazida a sugestão contida no terceiro informe do Clube de Roma (152), pertinente à formação, a longo prazo, de um "Tesouro Mundial" destinado a servir de instrumento para "atingir algumas das metas de uma comunidade internacional".

No que concerne ao escopo final do presente trabalho, ver-se-á em que medida o exercício proposto responde à sua questão fundamental, relativa à viabilidade do Projeto CPGD-UFSC/13 no âmbito das relações internacionais.

(152) TINBERGEN, Jan - op. cit., p. 175 e 183/4

CAPÍTULO VIII

O EXERCÍCIO PROPOSTO

- A PROPOSTA PARA ASSEGURAR A EFICÁCIA DO
PROJETO CPGD - UFSC/13 -

8. O EXERCÍCIO PROPOSTO - A PROPOSTA PARA ASSEGURAR A EFICÁCIA DO PROJETO CPGD-UFSC/13

"A história faz nascer as utopias, mas estas fazem, por vezes, a história."

Jean-Christian Petitfils (153)

Fundado no raciocínio exposto, o exercício articula a seguinte concepção e estrutura operacional para a mudança possível no Sistema Econômico Internacional:

8.1 - Concepção e Estrutura

Instrumento da mudança: criação do IMPOSTO MUNDIAL SOBRE A RENDA DAS EXPORTAÇÕES (IMRE).

Razões da criação do tributo e da sua disciplina:

- . A cooperação internacional para o progresso e para a paz é o melhor caminho para a construção de uma Nova Ordem Internacional fundada nos princípios da Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados, cujo objetivo-síntese é a promoção da justiça social internacional.
- . Sendo o Mundo o mercado e do Mundo derivando as matérias primas de que resultam as mercadorias que sustentam o comércio internacional, está constituída uma sociedade de parceiros que apenas aproveitam os benefícios desse mercado, mas em nada contribuem para que ele, como unidade societária, se modernize e progrida.
- . Os Países Desenvolvidos não construíram sua riqueza isoladamente e não a mantêm sozinhos, mas à custa, principalmen-

(153) PETITFILS, Jean Christian - Os Socialismos Utópicos - Círculo do Livro, SP - 1984, p. 181

te, de concessões compulsórias dos Países em Desenvolvimento (PED), aos quais muito pouco, quase nada devolvem, senão mais dependência. Ao ônus dos conflitos e das disparidades que essa relação injusta provoca, é preferível o que promova a cooperação e a concórdia.

- . O comércio internacional afigura-se a via mais adequada para a aproximação dos povos e o instrumento mais hábil para a cooperação internacional. Tributá-lo em benefício dos Estados que dele participam é uma forma justa de levantar recursos para promover a cooperação.
- . A instituição do tributo ajusta-se ao conceito do Direito Econômico, que, no dizer de Ari Kardec Bosco de Melo, é "*a ciência jurídica que regulamenta a atividade econômica dos setores público e privado, conciliando os interesses conflitantes no processo produção-consumo de bens e serviços, de modo a estabelecer as diretrizes da política econômica recomendável ao desenvolvimento sócio-econômico do país*" (154). Ou seja, sendo a instituição do IMRE também um modo de aproximar as Nações para a construção de uma Sociedade Internacional concreta, nesta fará sentido falar-se de Direito Econômico Internacional, a presidir o estabelecimento, parafraseando o autor, "*das diretrizes da política econômica recomendável ao desenvolvimento sócio-econômico Mundial*".
- . A instituição de um tributo de alcance internacional há de considerar, como ocorre na *praxis* tributária universal, a capacidade de tributação de cada contribuinte que, no caso da renda sobre as exportações, tem como medida o volume das vendas de cada País exportador, regra que se coaduna com o princípio da justiça tributária.
- . Dado que há um propósito redistributivo da renda mundial com a instituição do tributo para servir como mecanismo de mudança no Sistema Econômico Internacional, o aproveitamen-

(154) BOSCO DE MELO - Ari Kardec - O Direito Econômico no Quadro Geral da Ciência Jurídica - Rev. Sequência, nº 1, Impr. Universitária, Florianópolis, 1980 - p. 51

to do produto da tributação deve contemplar os Países mais carentes com preferência sobre os demais, mas de modo tal que todos participem do seu resultado.

Incidência do tributo: sobre todas as operações de comércio exterior.

Alíquotas do tributo: fixáveis, para cada período de 5 (cinco) anos, em 3 (três) escalas percentuais, diversificadas segundo o montante das exportações de cada País no ano anterior ao início do quinquênio (ex.: exportações até US\$ 10 bilhões, alíquota de 0,25%; acima de US\$ 10 bilhões até US\$ 50 bilhões, alíquota de 1,00%; acima de US\$ 50 bilhões, alíquota de 3,00%).

Participação na receita do tributo: Inversamente proporcional à contribuição de cada País, segundo tabela e orçamento fixados pelo órgão gestor da arrecadação.

Utilização do tributo:

- . Prioritariamente, para aplicação em Programas Globais Nacionais de Desenvolvimento para a Paz, dos Países contribuintes.

- . Secundariamente e em caráter excepcional, por um período não superior a 10 (dez) anos consecutivos, até 50% da respectiva contribuição para o IMRE e da respectiva partici-

pação nominal no produto do IMRE de Países em Desenvolvimento (PED) com encargos volumosos de dívida externa, para amortização do principal e pagamento de juros de sua dívida.

Órgão gestor:

O FUNDO MUNDIAL PARA O DESENVOLVIMENTO (FMD), instituído junto à Organização das Nações Unidas, gerenciado pelo seu Secretário Geral e administrado segundo as regras estabelecidas em Resolução da Assembléia Geral, que seria seu Conselho Curador.

O FMD teria ainda um Conselho de Administração, constituído de 20 (vinte) Países Membros, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato quinquenal e pelo sistema de rodízio, observado o princípio da paridade entre representantes de Países em Desenvolvimento (PED) e dos Países Desenvolvidos, sob a presidência do Secretário Geral.

Exação do tributo:

Mediante recolhimento automático, a crédito do FMD, da alíquota tributável sobre cada operação de exportação concluída, em conta aberta no Banco Mundial, eleito Agente Financeiro do Fundo,

8.2 - Compromissos Básicos dos Países Membros do FMD

- . Eliminação definitiva de todo o tipo de barreira restritiva do livre comércio internacional.
- . Cumprimento dos acordos internacionais livremente firmados, no que não conflitem com os objetivos do FMD.

8.3 - Vantagens do IMRE

- . A primeira e mais relevante vantagem, porque reflete o sentido maior do seu conteúdo proposicional, é que a instituição do IMRE e a conseqüente operação do FMD configuram o início da mudança possível na Ordem Internacional Vigente, abrindo um caminho transitável para a construção de uma Nova Ordem Internacional, na qual se poderá e fará sentido falar da existência de uma verdadeira Sociedade Mundial de Nações.
- . No horizonte mais imediato da realidade planetária: cria uma massa de recursos suscetível de produzir considerável efeito multiplicador nas economias dos Países em Desenvolvimento (PED).
- . Pelo exemplo adotado, o IMRE representaria, já no primeiro ano (supondo-se sua adoção em 1986), uma receita superior a US\$ 47 bilhões, resultante da aplicação das diferentes alíquotas sobre os montantes das exportações dos três grupos de Países exportadores realizadas em 1985, cujo valor global é estimado na ordem de US\$ 2 trilhões. Veja-se o exercício de cálculo:

<u>Base 1985</u>	<u>% Expt.</u>	<u>US\$ bilhões</u>	<u>Alíq.</u>	<u>IMRE US\$ milhões</u>
<u>Exportações totais</u>	<u>100,00</u>	<u>2.000</u>	-	<u>47.375</u>
Países Desenvolvidos	75,00	1.500	3,00%	45.000
<u>Países em Desenvolvimento (PED): (*)</u>	<u>25,00</u>	<u>500</u>	-	<u>2.375</u>
PED - Grupo I	7,50	150	1,00%	1.500
PED - Grupo II	17,50	350	0,25%	875

- . Pelo critério da proporcionalidade inversa à participação nas exportações totais, tocariam aos Países em Desenvolvimento (PED), segundo o exemplo, não menos que 75% da receita global anual do IMRE, para as aplicações previstas (**).
- . A aplicação prevista para a eventual amortização da dívida externa, possibilitaria aos PED ampliar sua capacidade de investimentos com poupança própria, criar novos empregos e avançar no combate à inflação.
- . Retorna aos Países Desenvolvidos razoável parcela do tributo gerado, cuja aplicação se destinaria a estimular projetos de desenvolvimento de tecnologias adequadas aos estágios econômicos dos PED. Isto representaria, para os Países Desenvolvidos, novas hipóteses de mercado, acrescidas, ademais, das novas demandas de importações criadas nos PED pela implementação dos seus Programas Nacionais com apoio nos recursos do FMD.

(*) O cálculo é baseado em um agrupamento arbitrário dos PED, mas próximo de percentuais aceitáveis.

(**) As alíquotas adotadas são apenas ilustrativas de um exercício sobre as possibilidades da proposta. O exame mais acurado da pertinência do mecanismo de mudança em causa poderá justificar outros critérios de incidência do tributo e de sua redistribuição.

- . É uma forma adequada de promover a redistribuição da renda mundial, sem concessões que, de outro modo, induziriam ao exercício, ou pelo menos à suspeição, de práticas imperialistas.
- . É um meio coerente de estabelecer a desejada equidade nas relações econômicas internacionais, pela supressão de barreiras e pela eliminação de procedimentos que viciam a lisura das práticas de comércio, como é o caso das vendas indiretas. E, apenas por isto, viabiliza a operacionalização do Projeto CPGD-UFSC/13 no seu aspecto finalístico, assegurando-lhe eficácia.

8.4 - Desvantagens do IMRE:

Não há, *a priori*, desvantagens relevantes a mencionar. O que, fazendo sentido, não foi tentado, não é suscetível de avaliação.

8.5 - Viabilidade da Proposta:

A Proposta se afigura:

- . *Politicamente aceitável,*

porque responde aos interesses internacionais dominantes de definição de um mecanismo promotor da redistribuição da renda mundial, cuja instituição não afetará o exercício da soberania de cada País Membro, pois não gerará subordinacões políticas nem interferências ideológicas entre Estados.

. *Economicamente justificável,*

porque equivale a aplicar, no âmbito da comunidade das Nações, o princípio, universalmente aceito e praticado, da tributação dos ganhos dos agentes das atividades econômicas em benefício de programas de interesse social. Sendo o Mundo o mercado, é justo que todos os que dele se utilizam sejam tributados por essa utilização e se reparta entre todos os usuários, pela via de um "Tesouro Mundial", o produto da arrecadação em benefício último da expansão do mesmo Mercado gerador.

. *Socialmente desejável,*

pela simples razão de que é politicamente aceitável e economicamente justa, já que a Política e a Economia têm o Social como o centro comum de interesse, que mais se alarga quando se trata da sociedade planetária.

. *Tecnicamente possível,*

porque se trata:

- quanto ao IMRE, de recolher a alíquota à ordem do FMD, sobre cada operação de comércio de exportação ultimada, segundo os procedimentos fixados junto à rede de estabelecimentos bancários autorizados pelo Agente Financeiro titular da conta central (Banco Mundial);

- quanto ao FMD, de operá-lo segundo paradigmas que tenham demonstrado bom desempenho, ajustados os mecanismos de decisão e de gestão às conveniências de simplificação, rapidez e de praticidade que a natureza e os objetivos do Fundo exigiriam, cujos custos de administração seriam limitados a um percentual máximo dos recursos geridos (3%, p.ex.), como forma de preservá-lo de desvios de finalidade;

- no conjunto da Proposta, de situá-la na órbita de competência do único fórum internacional capaz de instituí-la e fazê-la operável - a Organização das Nações Unidas.

CAPÍTULO IX
C O N C L U S ã O

9. CONCLUSÃO

A conclusão a anotar diz respeito aos dois aspectos básicos que conformam o escopo deste trabalho: (1) quanto à viabilidade do seu conteúdo proposicional - ou seja, se o exercício proposto responde à questão vetora da dissertação, pertinente à providência que se impõe, no campo das relações externas, para que o Projeto "*O Estado de Santa Catarina como Plataforma de Exportação*" tenha êxito; e (2): quanto à utilidade prática do exercício proposto.

É o que se registra a seguir:

9.1 - Viabilidade do Projeto CPGD-UFSC/13

9.1.1 - As regras impostas pelos Países Desenvolvidos para a prática do comércio internacional dificultam e penalizam os esforços de exportação dos Países em Desenvolvimento (PED).

9.1.2 - Sem mudanças nos procedimentos que regulam os negócios internacionais, a operação do Projeto "*O Estado de Santa Catarina como Plataforma de Exportação*" não propiciará os resultados implícitos na formulação do Projeto.

9.1.3 - Não basta que as mudanças se dêem exclusivamente no âmbito do Sistema Internacional de Comércio. O que é preciso mudar é a operação do Sistema Econômico Internacional, do qual o de Comércio é um dos mecanismos, de modo tal que os resultados da mudança traduzam vantagens significativas para os Países em Desenvolvimento (PED) sem ônus excessivos para os Países Desenvolvidos.

- 9.1.4 - As vantagens significativas consideradas dizem respeito, predominantemente, à redução das disparidades de renda entre os Países Desenvolvidos e os Países em Desenvolvimento (PED), e à eliminação das barreiras que impedem a expansão e o fortalecimento das exportações destes últimos.
- 9.1.5 - O aumento das exportações é fator gerador de crescimento econômico, por sua vez fator de sustentação do processo global de Desenvolvimento.
- 9.1.6 - A circunstância de que a instituição do Imposto Mundial sobre a Renda das Exportações (IMRE) e, por consequência deste, a criação e operação do Fundo Mundial para o Desenvolvimento (FMD) se basearão no compromisso da supressão das limitações impostas pelos Países Desenvolvidos aos Países em Desenvolvimento (PED) no campo das relações comerciais, confere à medida o efeito de viabilizar e de assegurar eficácia à plena operação do PROJETO CPGD-UFSC/13 no espaço em que ele é destinado a produzir resultados.
- 9.1.7 - A utilização da parcela do IMRE destinável pelo FMD ao Brasil e, bem assim, a utilização dos novos fatores de desempenho que a adoção dessa mudança no Sistema Econômico Mundial lhe ofereceriam, capacitarão o País a ampliar sua ação na busca de novos mercados e fazer do mercado brasileiro a nova e efetiva oportunidade que se instala no Mundo.

9.2 - A Utilidade Prática do Exercício Proposto

9.2.1 - A realização de qualquer mudança no Sistema Econômico Internacional supõe uma ação política de liberada e competente. A ação política para a ação consubstanciada neste exercício reclama, portanto, que alguém a lidere. O Brasil pode ser esse agente de liderança, com as credenciais de que dispõe em potencial econômico, estatura estratégica entre os Países em Desenvolvimento (PED), promessa de oportunidade para o Mundo.

9.2.2 - No que concerne à Universidade, que, criando o Curso de Pós-Graduação em Direito, ensejou fosse, pelo sem emérito Autor, imaginado e proposto o Projeto "O Estado de Santa Catarina como Plataforma de Exportação" para oferecê-lo ao exercício acadêmico, como o que com este se completa, não se interrompe nem esgota sua própria oportunidade de atuar como agente proposicional que é das mudanças que interessam à comunidade para a qual volta seu instrumental e sua capacidade criativa.

Com isto se quer dizer que este exercício talvez possa vir a ser incorporado ao conjunto dos estudos de viabilidade sugeridos pelo Projeto CPGD-UFSC/13 - cuja expressão mais representativa é o Sub-Projeto relativo à "Definição de um Modelo de Formação de Recursos Humanos para a Internacionalização da Economia Catarinense", do qual a própria Universidade poderia ser a patrocinadora e a executora - a fim de que o Projeto se complete na sua versão final e capaz de ser posta em prática, nos níveis decisórios hábeis.

◊

◊

◊

B I B L I O G R A F I A

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Alcides - Exposição ao Projeto "O Estado de Santa Catarina como Plataforma de Exportação" - UFSC-CPGD, Florianópolis, 1982 (mimeo.)
- _____ - O Caminho do Homem - Imprensa Universitária, Florianópolis, 1983
- _____ - Organização da Liberdade - I.O.F., Florianópolis, 1955
- ARON, Raymond - Paz e Guerra entre as Nações - EUB, Brasília, 1979
- BANCO MUNDIAL - Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1984 - Ed. Fundação Getúlio Vargas - FGV, Rio, 1984
- BELL, Wendell - O Futuro como Variável Ausente - in Aprendendo para o Futuro (coletânea) - Ed. Artenova, Rio, 1977
- BORGES FILHO, Nilson - O Despertar do Terceiro Mundo - Brasil: Agente de Poder - Dissertação de Mestrado - UFSC-CPGD, março 1981 (mimeo.)
- BOSCO DE MELO, Ari Kardec - O Direito Econômico no Quadro Geral da Ciência Jurídica - Revista Sequência, nº 1 - Imprensa Universitária, Florianópolis, 1980
- CAUBET, Christian Guy - Fundamentos Político-Econômicos da Apropriação dos Fundos Marinhos - Imprensa Universitária, Florianópolis, 1979
- CENTRE D'ETUDES PROSPECTIVES ET D'INFORMATION INTERNATIONALES - Économie Mondiale 1980-1990: La Fracture? - Ed. Economia, Paris, 1984
- CHENERY, H. - Structural Change and Development Policy - Oxford University Press, Oxford, U.K. 1979
- DEUTSCH, Karl - Análise das Relações Internacionais - EUB, Brasília, 1978
- DUVERGER, Maurice - O Alcance da Convergência Tecnológica - in O Preço do Futuro (coletânea) - coord. de G. R. Urban e Michael Glenny - Ed. Melhoramentos, S.P., 1974

- FLETCHER, Ossip. T. - Marxismo e o Terceiro Mundo - in O Preço do Futuro (coletânea) - coord., de G.R. Urban e Michael Glenny - Ed. Melhoramentos, S.P., 1974
- FURTADO, Celso - A Nova Dependência (Dívida Externa e Monetarismo) - Ed. Paz e Terra, Rio, 1982
- HEILBRONER, Robert L. - A Perspectiva do Homem - Revista Expansão, Ed. Abril, S.P., 1974
- LASWELL, H. e KAPLAN, A. - Poder e Sociedade - EUB, Brasília, 1980
- LEFÈVRE, Theo - A Ilusão da Convergência Ideológica - in O Preço do Futuro (coletânea) - coord. de G.R. Urban e Michael Glenny - Ed. Melhoramentos, S.P., 1974
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE - Anuário Estatístico do Brasil 1984 - IBGE, Rio, 1985
- - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD - 1984 - Brasil e Grandes Regiões - vol. 8, tomo 1 - IBGE, Rio, 1985
- GABINETE DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL DE SANTA CATARINA - GAPLAN - Análise Conjuntural de Santa Catarina 1985 - Florianópolis (no prelo)
- - Números de Santa Catarina 1985 - Imprensa Oficial do Estado, SC, Florianópolis, 1985
- - Santa Catarina no Contexto Nacional - Florianópolis, 1985 (mimeo.)
- MEADOWS, Donella et alii - Limites do Crescimento - Ed. Perspectiva, S.P., 1973
- MERLE, Marcel - Sociologia das Relações Internacionais - EUB, Brasília, 1981
- MESAROVIC, Mihalo e PESTEL, Eduard - Momento de Decisão - Agir, Rio, 1975
- North-South - A Programme for Survival - Pan Books Ltd., London, U.K., 1981
- PECCEI, Aurélio - Cem Páginas para o Futuro - EUB, Brasília, 1981

CONFERENCE OF SOCIALISTS ECONOMISTS, LONDON WORK GROUP - The Alternative Economic Strategy - Blackrose Presse (TU) Ltd., London, U.K., 1980

TINBERGEN, Jan (coord.) - Para uma Nova Ordem Internacional - Agir, Rio, 1978

REVISTAS E JORNAIS

Balanco 1985 - Gazeta Mercantil, S.P. - julho, 1985

Boletim da Benfam - nº 128 - Benfam, Rio, 1984

Bulletin Mensuel de Statistique - vol. XXXIX, nº 1 - Nations Unies, New York - Janvier, 1985

Conjuntura Econômica - Ed. Fundação Getúlio Vargas - FGV, Rio, vol. 39, nºs 2, 3 e 7 (fevereiro, março e julho, 1985)

Faits et Chiffres - Aide Mémoire de la Vie Économique - Paris, 1984

Le Commerce International en 1983/84 - Accord Général des Tarifs Douaniers et de Commerce - Genève, 1984

Economia IMPACT - United States Information Agency - USIA, Washington, DC, 1984/4

Segurança e Desenvolvimento - nº 203 - Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra - ADESG, Rio, outubro, 1985

Seqüência - nº 1 - Imprensa Universitária, Florianópolis, 1980

Seqüência - nº 9 - Imprensa Universitária, Florianópolis, 1984

Revista Veja - Ed. Abril, S.P. - edições de 22.05.1985, 16.10.1985, 30.10.1985 e 13.11.1985.

Jornal do Brasil - Rio - edições de 26.05.1985, 18.06.1985, 18.08.1985, 12.12.1985 e 22.12.1985

Jornal Folha de São Paulo - S.P. - edição de 19.11.1985

Jornal O Estado - Florianópolis - edição de 24.09.1985

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOTTOMORE, Tom - Sociologia Política - Zahar Ed., Rio, 1981

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS - Departamento de Informações Públicas - The United Nations, New York (s.d.)

DUVERGER, Maurice - As Modernas Tecnodemocracias - Ed. Paz e Terra, Rio, 1975

FURTADO, Celso - O Brasil Pós-"Milagre" - Ed. Paz e Terra, Rio, 1981

HEILBRONER, Robert L. - A Luta pelo Desenvolvimento - Zahar Ed., Rio, 1964

KAPLAN, Norton A. e KATZENBACH, Nicholas - Fundamentos Políticos do Direito Internacional - Zahar Ed., Rio, 1964

MARITAIN, Jacques - O Homem e o Estado - Agir, Rio, 1956

MARTIN, Roderick - Sociologia do Poder - Zahar Ed., Rio, 1978

Mc QUEEN, Mathews - Teoria Econômica do Desenvolvimento - Zahar Ed., Rio, 1975

Mc NAMARA, Robert S. - A Essência da Segurança - Ed. IBRASA, S.P., 1968

MELO, Osvaldo Ferreira de - Dicionário de Direito Político - Forense, Rio, 1978

MOORE JR., Barrington - Poder Político & Teoria Social - Ed. Cultrix, S.P. 1972

PETITFILS, Jean Christian - Os Socialismos Utópicos - Círculo do Livro, S.P. 1984

REIS, Marcos Konder - Santa Catarina - Ed. Block Educação, Rio, 1976

RUSSEL, Bertrand - Liberdade e Organização - Cia. Editora Nacional, S.P. 1959

----- - O Poder, uma Nova Análise Social - Cia. Editora Nacional, S.P., 1959

SUNKEL, O. e PAZ, Pero - Os Conceitos de Desenvolvimento e Subdesenvolvimento - Forum Editora, Rio, 1973

WALINSKI, Louis J. - Planejamento e Execução do Desenvolvimento Econômico - Forense, Rio, 1978